

The background of the cover is a photograph of a dam with two large concrete pillars supporting a metal truss bridge. The dam is situated in a valley with a river flowing through it. The water is dark, and the surrounding landscape is rocky and sparsely vegetated. In the foreground, there is a dense field of pink blossoms, likely cherry blossoms, which are in full bloom. The overall lighting is warm, suggesting a sunset or sunrise.

CÔ AVISÃO

CULTURA E CIÊNCIA

Nº

EDIÇÃO DA

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA



ACTAS DO I CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA
DE TRÁS-OS-MONTES, ALTO-DOURO E BEIRA BAIXA
(ANO DE 2004)

ISBN 972-8763-15-8



9 789728 763152

PUBLICAÇÃO ANUAL A CÁRREGO DO GOVERNO
CULTURAIS DA CÂMARA MUNICIPAL
DE VILA NOVA DE TRÁS-OS-MONTES

CÔAVISÃO

CULTURA E CIÊNCIA

Nº 7 · ANO DE 2005

TRABALHO COORDENADO POR

ANTÓNIO N. SÁ COIXÃO

(Este número da Còavisão publica exclusivamente as Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, organizado entre 29 de Abril e 2 de Maio de 2004, áreas dos Concelhos de Meda e Vila Nova de Foz Còa)



Foto da capa:

Rio Douro – Lugar do Torrão

Composição e impressão:

Còa Gráfica – Artes Gráficas, Lda. — V. N. de Foz Còa
Depósito legal n.º 121116/98
ISBN 972-8763-15-8

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÒA
2005

Índice

Prefácio.....	5
Introdução.....	7
“Povoações Romanas da Beira Transmontana e Alto Douro” <i>Jorge de Alarcão</i>	9
“Existe uma ocupação Proto-Histórica em Trás-os-Montes antes da ocupação Romana? Alguma notas sobre esta questão” <i>Dulcineia Cândida Bernardo Pinto</i>	19
“Arte Rupestre e Ocupação Humana no Vale do Côa – balanço da investigação no Parque Arqueológico do Vale do Côa” <i>Luís Luís</i>	31
“Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): Balanço de seis anos de trabalho neste recinto monumental pré-histórico” <i>Vitor Oliveira Jorge...e outros</i>	61
O sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa) – reflexões sobre fases e contextos” <i>Susana Oliveira Jorge... e outros</i>	69
“Tipologias de aparelho construtivo do Sabugal Velho” <i>Marcos Osório</i>	81
“O troço desactivado da linha do Douro (Pocinho – La Fuente de San Esteban): um caso de Património Arqueológico Ferroviário a defender” <i>Carlos Abreu</i>	101
“O Esteio gravado do Cabeço do Bique (Perafite, Vila Verde, Alijó)” <i>Francisco Monteiro Faure e Eliana Miranda de Sousa</i>	133
“O Pentagrama de Ribeira de Piscos (Vila Nova de Foz Côa) e seus paralelos no contexto da arte rupestre filiforme pós-paleolítica da Península Ibérica” <i>Fernando Augusto Coimbra</i>	145
“Programa de Conservação do Parque Arqueológico do Vale do Côa – Primeiros resultados da estação sismológica e da estação meteorológica em funcionamento no PAVC” <i>António Pedro Batarda Fernandes</i>	159
“Antiquários e Arqueólogos” <i>António Alberto Rodrigues Trábulo</i>	167
“A Pré-História Recente no Douro Sul. Um ensaio de Arqueologia Espacial” <i>António José Fernandes Heitor e Carla Isabel Dias Franco</i>	173
“A estátua-menir de Longroiva e a sua importância para a cronologia da Idade do Bronze na região do Côa e territórios confinantes <i>Adriano Vasco Rodrigues</i>	179
“As fíbulas do Bronze Final e Idade do Ferro de Portugal Interior (Norte e Centro): problemática sobre produção local e de longa distância” <i>Salette da Ponte</i>	185
“Pré-História Recente na região da Guarda – alguns subsídios” <i>Manuel Sabino G. Perestrelo e Marcos Osório</i>	207

"Canedotes (Vila Nova de Paiva – Viseu): uma aproximação à ocupação do povoado"	233
<i>Alexandre Canha</i>	
"O Castelo de Torre de Moncorvo: resultados da intervenção de 2001"	251
<i>António Chéney e Pedro Sobral de Carvalho</i>	
"A Numária de Ervamoira e a do Baixo Côa"	275
<i>J. A. Gonçalves Guimarães e Susana Guimarães</i>	

Arte Rupestre e Ocupação Humana no Vale do Côa

Balanço da Investigação do Parque Arqueológico do Vale do Côa¹

Lúis Lúis²

Há um rio que atravessa a casa.
Esse rio, dizem, é o tempo.
E as lembranças são peixes
nadando ao invés da corrente.
Mia Couto, *Inundação*

1. INTRODUÇÃO

Apesar de ter sido identificada 3 anos antes (Baptista, 1999a), só em Novembro de 1994, foi divulgada a arte rupestre no Vale do Côa (Carvalho, 1994).

Devido às amplamente conhecidas condições dessa “descoberta”³ (ver por ex. Baptista, 2001a; 2002; Lúis, 2000; 2003), iniciou-se logo um processo de validação da arte rupestre divulgada, que incidia sobretudo na questão da sua datação e que teve amplos reflexos na comunicação social.

Duas posições se afrontavam. Por um lado, a esmagadora maioria da comunidade arqueológica nacional e internacional defendia, com base em critérios estilísticos, uma cronologia paleolítica da maioria das gravuras identificadas (Zilhão, 1995a; 1995b). A comparação estilística é um dos principais métodos de atribuição cronológica utilizados pela história de arte. Neste caso, compararam-se as convenções estilísticas identificadas nas figuras do Vale do Côa com as das plaquetas da gruta de Parpalló, datadas de forma segura, uma vez foram identificadas em contexto estratigráfico datado. Por outro, um pequeno grupo de investigadores, contratado pela empresa responsável pelas obras da barragem, defendia, com base em argumentos pseudo-científicos, uma datação muito mais recente, pelo que não se justificaria o abandono do projecto de barragem (Bednarik, 1995; Watchman, 1996).

Este debate assemelhou-se em muito à validação da arte paleolítica durante os finais do século XIX. Tratava-se de um obstáculo epistemológico que era necessário ultrapassar. Todos os argumentos apresentados, que contrariavam a cronologia paleolítica, partiam do conceito apriorístico que a arte

¹ Esta comunicação e o texto dela resultante surgem na sequência de dois outros já publicados (Aubry e Carvalho, 1998; Zilhão, 1998a), onde se faziam balanços da actividade investigadora do PAVC. Para além do espaço de tempo que entretanto decorreu, a diferença fundamental entre este e os anteriores textos radica no facto de o seu autor não ser o responsável directo pela investigação que aqui se resume. Fica assim aqui expresso o devido reconhecimento aos investigadores: Thierry Aubry, António Martinho Baptista, António Faustino Carvalho, João Zilhão e respectivos colaboradores.

² Mestre em Arqueologia. Parque Arqueológico do Vale do Côa. Av. Gago Coutinho, 19A; 5150-610 Vila Nova de Foz Côa. E-mail: luisluis.pavc@ipa.min-cultura.pt

³ Foi já algumas vezes sugerido (Abreu *et al.*, 2002; Parafita, 2000; 2003) que o verdadeiro descobridor das gravuras teria sido o médico e autarca fozcoense José Silvério de Andrade. Esta suposição baseia-se num pequeno texto deste autor (Andrade, 1940), onde ele, falando da “velhíssima Castelo Melhor”, escreve: “Há meses foi chamada a atenção de quem estas linhas escreve para umas pedras gravadas com desenhos representando flores, plantas e animais ali encontradas. Alguns, especialmente um peixe, umas serpentes e uma cabeça de cavalo arreado, assim como uma ave em atitude de levantar voo, revelavam intuição artística por parte do lapicida. É evidente que se trata de petroglifos de época muito remota, para ali arremessados, à revelia, dignos de detalhado estudo”. Não querendo refirir méritos a este estudioso local, julgamos que o facto de Silvério de Andrade fazer esta afirmação no contexto das antiguidades de Castelo Melhor é suficiente para afirmar que ele se estava a referir às conhecidas gravuras do muro da Rua dos Namorados. Aliás, ao dizer que os petroglifos foram para ali arremessados atesta claramente que o suporte é móvel, não se tratando de qualquer afloramento junto ao rio. Por outro lado, a temática referida é claramente recente, coincidente com o que se conhece das representações no dito muro, e em nada relacionada com a arte paleolítica do Vale do Côa. Sendo pouco relevante, este pormenor e o debate em sua volta, alertam-nos para a questão da “descoberta”. Não será correcto afirmar que as gravuras foram descobertas numa determinada data, uma vez que, desde a sua gravação elas sempre ali estiveram e eram conhecidas por quem ali passava, particularmente os moleiros. O que podemos afirmar com toda a segurança é que o seu valor científico e patrimonial foi apenas identificado pela comunidade científica entre 1994 e 1995.

paleolítica era exclusiva de espaços subterrâneos e que, mesmo que tivesse sido prática corrente a decoração ao ar livre, seria impossível a sua preservação até aos nossos dias. Um outro argumento apresentado baseava a impossibilidade de uma cronologia paleolítica para maioria da arte rupestre do vale na inexistência de ocupação humana contemporânea na região e em todo o interior peninsular. Até então, em virtude da escassez de vestígios materiais e investigação, acreditava-se que estas regiões interiores não haviam conseguido atrair populações durante o Paleolítico superior (Bednarik, 1995; Davidson, 1986). Não existindo ocupação humana pré-holocénica, a arte rupestre nunca poderia ser paleolítica.

Para além de contestar directamente as atribuições cronológicas com base em critérios pseudo-científicos, era assim igualmente fundamental identificar jazidas com ocupações contemporâneas às cronologias atribuídas às gravuras por intermédio de critérios estilísticos. Não datando directamente a arte, elas permitiriam atestar a sua possibilidade e, no melhor dos cenários, estabelecer uma relação entre ambas.

Assim, para além da contestação directa dos resultados das “datações científicas” e dos métodos empregues para esse efeito (por ex. Phillips *et al.*, 1997; Pope, 2000; Zilhão, 1995a), iniciou-se logo em 1995 uma acção de prospecção arqueológica com vista à identificação de contextos ocupacionais contemporâneos da arte rupestre datada com base em critérios estilísticos. Como bem tituló um jornal da época: “a verdade está no contexto” (Braga, 1995).

Essa acção teve como primeiro resultado a identificação de um sítio de ocupação paleolítica nas margens do Côa, o sítio da Cardina (Salto do Boi), a 14 de Agosto de 1995 (Zilhão *et al.*, 1995).

2. A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NO VALE DO CÔA

Apesar de fazerem parte da mesma realidade, a investigação arqueológica no Vale do Côa foi dividida, logo desde o seu início, ainda debaixo da alçada institucional do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPAAR), entre arte rupestre e ocupação humana

Neste primeiro momento a investigação da arte rupestre esteve a cargo do Plano Arqueológico do Côa e de Nelson Rebanda, ao qual se juntaram posteriormente António Martinho Baptista e Mário Varela Gomes. Já a investigação acerca da ocupação humana ficou a cargo inicialmente de João Zilhão, que, a partir de 1997 se torna director do Parque Arqueológico do Vale do Côa, então serviço sob a alçada do IPAAR.

A investigação arqueológica desenvolveu-se durante todo o ano de 1996 no contexto da elaboração do relatório científico (Zilhão, 1998a), cujo objectivo era fundamentar a decisão política de construção da barragem ou preservação das gravuras, solicitado pelo Governo (Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/96, de 17 de Janeiro).

Para além da contextualização geológica, apresentaram-se neste relatório os primeiros resultados da prospecção e das primeiras escavações (Aubry *et al.*, 1998), com 62 sítios identificados até então, seis deles escavados arqueologicamente.

No campo da arte rupestre, foram apresentados os sítios da Canada do Inferno, Rego de Vide, Ribeira de Piscos e Penascosa (Baptista e Gomes, 1998).

A partir de 1999 esta situação institucional altera-se radicalmente. Em consequência directa do processo de identificação da arte do Vale do Côa, é criado o Instituto Português de Arqueologia (IPA) (Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de Maio). O pré-existente PAVC passa a ser definido como serviço dependente do novo instituto, e a arte rupestre autonomiza-se, através da criação do Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART), cujo director, António Martinho Baptista, se torna no principal investigador da arte do Vale do Côa desde então, juntamente com os seus colaboradores.

O PAVC, para além de “gerir, proteger, musealizar e organizar para visita pública” a arte do Vale do Côa (Art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de Maio), continuará encarregue da investigação arqueológica na área envolvente.

Podemos apontar dois objectivos fundamentais para esta investigação. Em primeiro lugar, contextualizar os diferentes momentos artísticos do Vale do Côa, em segundo, de uma forma geral, conhecer o território do PAVC em termos de ocupação humana antiga, de forma a poder proteger esse património.

Esta investigação baseou-se sobretudo na prospecção sistemática (Aubry *et al.*, 1998: 77-83), uma vez que a informação bibliográfica era insuficiente, especialmente no que dizia respeito às ocupações mais antigas.

Convirá recordar que até 1995, o Baixo Côa era uma zona praticamente virgem em termos de investigação científica, excepção feita às explorações que se vinham realizando na Quinta da Ervamoira, da responsabilidade de Gonçalves Guimarães (Guimarães e Peixoto, 1987; 1988; 1989; 1994a; 1994b).

Nas proximidades salientam-se as escavações que se vinham desenvolvendo no planalto de Freixo de Numão, nomeadamente no Castelo Velho (Jorge, 1993).⁴

Em 1998 foi apresentado ao Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (PNTA) o projecto “Povoamento Pré-Histórico no Baixo Côa”, da responsabilidade de António Faustino Carvalho e Thierry Aubry, investigadores do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC). Este projecto foi então aprovado. No entanto, a Comissão de Avaliação dos projectos considerou que deveria ser elaborado um projecto integrado para a região do Parque Arqueológico, desde o Paleolítico até às épocas mais recentes.

Este plano de investigação foi posteriormente elaborado, agregando um conjunto de projectos já candidatados ao PNTA/98 por diferentes investigadores, e apresentado à Comissão do PNTA, que o aprovou.

Foi neste enquadramento que desde então foi realizada a investigação arqueológica no Vale do Côa. Ela dividiu-se em projectos internos e externos. Por projectos internos entende-se aqueles realizados directamente por arqueólogos ao serviço do PAVC. Foram eles, “Contexto arqueológico da Arte paleolítica do Vale do Côa”, sob a responsabilidade de Thierry Aubry, e “A Pré-História Recente do Vale do Côa”, de António Faustino Carvalho.

Por projectos externos designam-se os que, sendo da responsabilidade directa de investigadores externos ao PAVC, incidiam directa ou indirectamente sobre o seu território e cujos resultados eram fundamentais à compreensão da sua evolução da ocupação humana. Estes projectos debruçavam-se sobre diferentes áreas, dentro e fora do território do PAVC (como definido no Dec.-Lei n.º 50/99, de 16 de Fevereiro), desde Almendra a Urros, passando pela Vila Velha de Numão, Marialva, Cidadelhe e Castelo Melhor, percorrendo desde o Bronze final à Idade Média, passando pela Romanização, e da responsabilidade de Carla Braz Martins; Isabel Lopes, Heloísa Valente e Paula Barreira; Joaquim António Gonçalves Guimarães; Maria do Céu Ferreira e Manuel Sabino Perestrelo; Michael Mathias; Paulo Dórdio; e Susana Rodrigues Cosme.

Uma vez que estes projectos incidiam sobre a região do Vale do Côa, propôs-se então que o seu financiamento se enquadrasse no Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa (PROCÔA), criado em 1996 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/96, de 16 de Abril), ficando a contrapartida nacional a cargo do orçamento de PAVC. Contudo, o financiamento por parte desta instituição nunca se chegou a verificar, fazendo com que, dos projectos referidos, apenas tenham avançado os que conseguiram assegurar meios próprios, ou que obtiveram apoios pontuais do PAVC.

Ficámos assim perante uma situação paradoxal. Sendo projectos considerados fundamentais por incidirem sobre uma área do País considerada então prioritária na investigação arqueológica, estes projectos foram objectivamente prejudicados em relação a todos os outros projectos desenvolvidos no âmbito das reformas verificadas em consequência do “Caso de Foz Côa”.

Uma das ferramentas de auxílio na investigação arqueológica criada foi a base de dados de sítio arqueológicos. Esta ferramenta de trabalho tem vindo a sofrer alterações, desde a sua configuração inicial, publicada no relatório apresentado ao Governo (Zilhão, 1998a), que apresentava 11 campos de dados e registava 62 sítios. Na sua presente configuração, possui 29 campos de informação, regista 258 sítios e encontra-se integrada num Sistema de Informação Geográfica.

A análise dos dados contidos nesta base (fig. 1) permite-nos ter uma perspectiva, ainda que preliminar e incompleta, da evolução da ocupação humana do território definido como Parque Arqueológico, que equivale genericamente à região do Baixo Côa. A estes dados deveremos acrescer os dados já publicados sobre a arte rupestre e os resultados igualmente publicados das escavações arqueológicas realizadas por técnicos do PAVC.

Neste território contamos afortunadamente com dois tipos de documentos arqueológicos de natureza distinta, mas fundamentais à compreensão do passado. Por um lado a arte rupestre, que percorre 25.000 anos de História, e que é uma porta para a compreensão das estruturas sociais e mentais das sociedades que as produziram. Por outro lado, os vestígios arqueológicos, em sentido estrito, que nos aproximam das condições materiais dessas mesmas sociedades.

Nesta análise procuraremos conciliar as informações publicadas de arte e arqueologia. Seguir-se-á uma periodização clássica, desde a Pré-história antiga até à época contemporânea, tendo como fio condutor os vestígios artísticos, que conferem singularidade e unidade ao território em análise.

⁴ Reflectindo trabalhos já anteriores, a primeira carta arqueológica do concelho de Vila Nova de Foz Côa será publicada em 1996 por António Sá Coixão.

3. PRÉ-HISTÓRIA ANTIGA

Fruto da intensidade da investigação, o Paleolítico é um dos períodos com maior número de sítios registados (fig. 2).

3.1. Paleolítico inferior e médio

Análises recentes têm vindo a recuar as origens da arte (ver por ex. Bahn, 2000; D'Errico, 2000), contudo é geralmente aceite que as suas origens se encontram por volta de há 40.000 anos, aquando de um verdadeiro "Big Bang sócio-cultural" (White, 2000).

Os primeiros exemplos de expressão artística do Vale do Côa são posteriores a este momento e apontam já para momentos gravettenses (Baptista, 1999a; 1999b; Zilhão, 2003). Contudo, existem evidências de ocupação pré-artística da região, que se inserem dentro do Paleolítico inferior e médio.

Do total dos sítios com ocupação paleolítica, 8 deles forneceram indústrias atribuídas ao Paleolítico inferior. Estes sítios ocupam os terraços fluviais nas margens do rio Douro, mas também do Côa. Foram realizados trabalhos de sondagem num destes sítios (Quinta da Granja), cujos resultados apenas permitiram atestar a ocupação deste terraço durante a fase mais antiga do Paleolítico (Aubry *et al.*, 1997: 120-127). Na Quinta do Vale do Meão, uma prospeção sistemática permitiu a identificação de um outro conjunto de materiais atribuídos a este período (Aubry *et al.*, 1997: 116-119.). De entre os materiais recolhidos, salientam-se os seixos afeiçãoados, bifaces e machados, sobretudo em quartzito, com diferentes níveis de desgaste, podendo, em alguns casos, corresponder a fenómenos de redeposição (Aubry e Carvalho, 1998: 23-25).

A existência de terraços na margem esquerda do rio Côa onde se identificaram *choppers*, como na Quinta do Curral Velho, permite fazer remontar o encaixamento deste rio até, pelo menos, ao Pleistocénico médio (Aubry e Carvalho, 1998: 25). Este dado é essencial para a refutação de um dos argumentos apresentados contra uma cronologia paleolítica do mais antigo ciclo da arte rupestre do Vale do Côa, que defende que o encaixe do rio se teria verificado apenas num momento pós-paleolítico (Bednarik, s.d.; Watchman, 1995).

O Paleolítico médio encontra-se comprovado em apenas dois sítios arqueológicos, ambos situados no planalto da Olga Grande, na margem direita do rio Côa. Tanto na Olga Grande 2, como na Olga Grande 4 (nível 5) foram detectados níveis arqueológicos com indústrias de tipo *levallois*, sob camadas datadas do Paleolítico superior (Aubry, 2001; Aubry e Carvalho, 1998). As razões para o desconhecimento de um grande número de ocupações deste período poderão estar relacionadas com um conjunto de factores como a dificuldade de atribuição cronológica de indústrias incaracterísticas dos terraços do Douro e Côa, a eventual espessura sedimentar que dificultará a detecção dos sítios, uma erosão dos terraços mais baixos do Côa, ou a simples baixa densidade ocupacional da região durante o Paleolítico médio (Aubry e Carvalho, 1998: 25).

3.2. Paleolítico superior

3.2.1. Expressão artística

Se, pela sua dispersão e frequência, a arte rupestre pode ser definida como uma categoria patrimonial relativamente comum em termos nacionais e mundiais, a arte rupestre do Vale do Côa apresenta um conjunto de características únicas, que a individualizam e destacam. Algumas dessas características são quase de natureza intangível, e revelam-se-nos quando observamos as suas gravuras, admiramos a sua qualidade estética, quase contemporânea, e percebemos que elas constituem uma das chaves para a compreensão do modo de vida e mentalidade dos seus autores, há muito desaparecidos. Num esforço de objectividade e sistematização, e sem querermos entrar em grandes detalhes⁵, podemos salientar algumas características fundamentais da arte rupestre do Vale do Côa.

Da totalidade de núcleos de arte rupestre localizados nos derradeiros quilómetros do rio Côa e junto à sua confluência com o Douro, 24 deles apresentam representações de estilo paleolítico (Baptista, 2001b), dos quais salientamos os sítios da Canada do Inferno, Faia, Fariseu, Penascosa, Quinta da Barca, Ribeira de Piscos e Vale de Cabrões.⁶

⁵ Para uma análise pormenorizada ver, por exemplo, António Martinho Baptista neste volume.

⁶ Os restantes são: Alto da Bulha, Broeira, Canada da Moreira, Canada do Amendoal, Foz do Côa, Meijapão, Moinhos de Cima, Quinta das Tulhas, Rego da Vide, Ribeira de Urros, Vale da Casa, Vale de Figueira, Vale de João Esquerdo, Vale de José Esteves, Vale de Moinhos, Vale de Videiro e Vermelhosa.

Em traços gerais, a arte paleolítica do Vale do Côa segue os mesmos cânones da arte paleolítica europeia. Trata-se de uma arte com temática naturalista, baseada fundamentalmente na representação de grandes herbívoros, que no Vale do Côa são principalmente a cabra, o cavalo e o auroque, seguidos pelos cervídeos (Baptista, 1999a). Aqui não se detectam alguns animais típicos da arte centro-europeia, em virtude destes animais terem estado ausentes destas paragens meridionais, como é comprovado pelo registo arqueológico (Zilhão *et al.*, 1997).

Para além destas espécies, encontramos ainda representações de camurças e alguns peixes. A representação humana é extremamente rara, sendo conhecida apenas em duas rochas da Ribeira de Piscos (Baptista, 2001b). Uma das diferenças mais importantes relativamente à arte paleolítica em contexto de gruta reside na relativa raridade de representações geométricas estruturadas no Vale do Côa e restantes sítios de ar livre.

Também o estilo das representações paleolíticas do Vale do Côa é idêntico à restante arte paleolítica, tanto móvel como parietal, alguma dela já datada directamente (Zilhão *et al.*, 1997). As figuras animais são representadas de forma naturalista, em perfil absoluto, reduzidas aos seus elementos essenciais, definindo-se claramente a silhueta do animal representado e empregando-se as mesmas convenções estilísticas identificadas em grutas franco-cantábricas (Guy, 1999; 2000; 2002). Os únicos pormenores apresentados consistem na figuração de cornos, olhos, boca, narinas e sexo, e mesmo as patas estão geralmente desprovidas da sua extremidade. Por oposição às figuras zoomórficas, o estilo de representação das figuras humanas é menos realista e mais idealizado, denunciando uma diferente perspectiva sobre o objecto retratado.

A técnica de representação destas figuras consiste fundamentalmente na gravura. Esta realidade relaciona-se provavelmente com o facto de estarmos perante uma arte de ar livre e, por isso mesmo, mais sujeita aos agentes erosivos. A técnica de gravação apresenta-se sob quatro modalidades distintas: incisão filiforme, picotagem, abrasão e raspagem (Baptista, 1999a; 1999b; Baptista e Gomes, 1995; 1998).

Uma análise cuidada de algumas figuras revela que a abrasão foi geralmente precedida pela picotagem, que, por sua vez, foi precedida pela incisão filiforme (Baptista, 1999a). Esta cadeia operativa gráfica não poderá ser vista como definitiva, uma vez que um grande número de representações se ficou pela incisão filiforme e um outro conjunto se caracteriza pela abrasão não precedida de picotagem (por ex. rochas 2 e 24 da Ribeira de Piscos). Noutros casos verifica-se uma complementaridade técnica na mesma representação (por ex. rocha 1 da Canada do Inferno) (Baptista e Gomes, 1998).

A utilização da pintura na arte paleolítica do Vale do Côa é em grande medida uma incógnita. Tratando-se de uma arte ao ar livre, a pintura, a ter existido, terá sido destruída através da acção erosiva provocada da água e do vento em poucos milénios. Existe a possibilidade académica de algumas gravuras terem sido exclusivamente pintadas, e que, por esse facto, estão hoje completamente ausentes. Poder-se-ia assim explicar a falta de alguns momentos da produção artística paleolítica no Vale do Côa. Por outro lado, existe igualmente a possibilidade de associação da pintura à gravura, como acontece em numerosos casos na arte franco-cantábrica, e deste modo poder-se-ia explicar a existência de algumas figuras incompletas. Existe no Vale do Côa um conjunto significativo de figuras que representam apenas parte do corpo de animais, como cabeças, quartos traseiros, corpos acéfalos, etc.

Prova mais segura da associação de gravura e pintura são as figuras da rocha 6 da Faia (Baptista, 1999a; 2001b). Aqui, numa parede de granito alta e abrigada, preservaram-se quatro prótomos de auroque gravados por abrasão, aos quais foi adicionada tinta vermelha sobre algumas das linhas gravadas. No entanto, a pintura desenha também outras linhas não gravadas, como sejam as linhas dos focinhos. Estas figuras apresentam-se associadas a algumas representações antropomórficas esquemáticas, exclusivamente pintadas, de cronologia pós-glaciária. Apesar disto, o facto das representações dos auroques se integrarem estilisticamente dentro dos padrões da arte paleolítica, e da pintura não só preencher as linhas gravadas, mas também representar linhas não gravadas, revelando uma compreensão desses mesmos cânones artísticos, parece constituir prova de que a pintura datará do Paleolítico superior, sem prejuízo de análises ulteriores, nomeadamente físico-químicas.

As figuras de tipologia paleolítica apresentam-se raramente isoladas, identificando-se alguns exemplos de composição de cenas, como por exemplo na rocha 1 da Ribeira de Piscos. Estes casos são contudo excepcionais, uma vez que as representações individuais integram, na sua maioria, grandes conjuntos de sobreposições, configurando palimpsestos que dificultam a interpretação, mas cujo significado será fundamental para a compreensão de toda esta arte (Baptista, 2001b).

Uma outra característica notável da arte rupestre paleolítica do Vale do Côa reside na representação do movimento de alguns dos animais figurados, como por exemplo nas rochas 4 da Penascosa, 3 da Quinta da Barca ou 1 da Canada do Inferno. Se a figuração do movimento tem sido atestada em alguma da arte paleolítica, o engenho dos artistas paleolíticos do Vale do Côa levou-os a representar duas, ou mesmo três, cabeças de um mesmo animal em posições distintas, segmentando deste modo o seu movimento, de uma forma completamente inovadora (Baptista, 1999a).

Finda que está a polémica relativa à cronologia paleolítica desta arte torna-se necessária a precisão cronológica dentro dos milhares de anos que decorreram desde o início ao final do Paleolítico superior.

Tendo em conta a evolução das características formais das representações ao longo de todo o Paleolítico superior, a forma mais comum de datação em toda a história de arte, incluindo a Paleolítica, propôs-se uma datação da arte rupestre do Vale do Côa desde Gravettense, passando pelo Solutrense até ao Magdalenense final (Baptista, 1999a; 1999b). Numa primeira fase, sobretudo com base no exame das sobreposições paleolíticas, defendeu-se que o ciclo paleolítico do Vale do Côa se teria desenrolado de forma gradual durante este longo período (Baptista, 1999a; 1999b). A sondagem realizada junto à rocha 1 do Fariseu em Dezembro de 1999 veio trazer novos dados quanto a esta problemática (Aubry e Baptista, 2000; Aubry e García Díez, 2000; Aubry *et al.*, 2002).

Ela possibilitou pela primeira vez uma datação com base arqueológica das gravuras paleolíticas do Vale do Côa, uma vez que foram identificados níveis arqueológicos datados do Magdalenense, sobrepondo-se ao painel gravado, contendo duas placas gravadas com motivos artísticos (García Díez e Aubry, 2002). Sob estes níveis, e correspondendo ao momento de gravação de todo o painel, identificou-se um nível ainda em curso de datação, mas que deverá corresponder a uma fase gravettense ou proto-solutrense.

Tendo em conta estes dados, e o facto de os traços do painel se encontrarem pouco patinados, defende-se que, mais do que uma evolução contínua ao longo do Paleolítico superior, a arte do Vale do Côa terá sido fruto de diferentes momentos de gravação durante o Paleolítico superior (Aubry e García Díez, 2000), o que parece ser confirmado pela análise de algumas gravuras do vale com base em critérios estilísticos (Guy, 1999; 2000; 2002).

3.2.2. Ocupação humana

Dentro da Pré-história antiga, o Paleolítico superior é o período com maior densidade de vestígios de habitat identificados até ao momento, num total de 45 sítios prováveis, 15 deles seguramente diagnosticados.

Destes, foram até ao momento sondados nove e escavados em extensão outros quatro. A partir destes dados foi já possível definir uma sequência da ocupação humana desta região durante o Paleolítico superior.

Até ao momento não foi identificado qualquer vestígio que possa ser atribuído ao Aurignacense. Os vestígios mais antigos do Paleolítico superior remontam a uma fase antiga do Gravettense, atestada não só em termos de tecnologia lítica, mas também através das datações de 26.800 ± 1.800 e 30.000 ± 2.400 BP, obtidas na Olga Grande 4 através de termoluminescência (TL). O Gravettense final surge atestado na Olga Grande 14, Ísula II e Cardina, através de lamelas de dorso truncadas ou bi-truncadas. O Solutrense está presente no planalto da Olga Grande, bem como no fundo do vale, através de pontas crenadas e uma folha de loureiro identificada na Cardina, bem como das datações de 20.700 ± 1.300 e 23.400 ± 1.500 BP, obtidas neste sítio. Também aqui surge possivelmente uma ocupação do Magdalenense antigo. A ocupação do Magdalenense final, caracterizada por uma utensilagem constituída por pontas com dorso curvo e micrólitos geométricos, surge comprovada no conjunto da Olga Grande, Cardina, nos níveis 3 e 4a do Fariseu e na Quinta da Barca Sul, onde se registaram três datações TL em torno de 12.500 BP (Aubry, 2001; 2002; Aubry e García Díez, 2000; Aubry *et al.*, 2002; Mercier *et al.*, 2001; Valladas *et al.*, 2001).

O dado fundamental a reter a partir da definição da sequência ocupacional do Baixo Côa, durante o Paleolítico superior, reside no facto de, salvo alguns ajustes de pormenor (Zilhão, 2003), esta se mostrar contemporânea da sequência artística deste mesmo período, definida a partir de critérios estilísticos.

Para a compreensão da relação entre ocupação e manifestações artísticas coevas revelou-se fundamental a sondagem realizada em Dezembro de 1999 junto à rocha 1 do Fariseu. Aí foi identificada uma sequência estratigráfica que se sobrepunha parcialmente a um painel gravado com 82 representações gráficas paleolíticas. A partir da relação entre o painel gravado e o conjunto de camadas arqueológicas identificadas, foi possível determinar que a gravação deste mesmo painel se encontra relacionada com a camada 6 ou o cimo da camada 7, em curso de datação absoluta, mas que deverá corresponder a um momento gravettense ou proto-solutrense. Sobre estas, e já cobrindo o painel gravado, dispõe-se um conjunto de camadas que datam desde o Proto-solutrense, ou uma fase inicial do Magdalenense (níveis 4c e 4e), passando pelo Magdalenense final (3 e 4a), até aos coluviões holocénicos (nível 2) e aos sedimentos depositados pelo enchimento da barragem do Pocinho desde 1983 (nível 1) (Aubry e Baptista, 2000; Aubry e García Díez, 2000).

Esta sondagem forneceu alguns dos mais relevantes dados para a compreensão da ocupação humana do Vale do Côa durante o Paleolítico. Em primeiro lugar, ela permitiu, pela primeira vez, uma datação objectiva da arte rupestre do vale, baseada em critérios arqueológicos e não estilísticos, considerados por

vezes pouco fiáveis para uma datação mais precisa. Em segundo lugar, através dela estabeleceu-se, pela primeira vez, a relação entre a arte rupestre paleolítica e a ocupação humana contemporânea, abrindo novos caminhos para a compreensão do significado destas manifestações artísticas. Finalmente, foi possível ainda identificar duas placas gravadas, depositadas nos níveis 3 e 4a, respectivamente, os primeiros vestígios de arte móvel de todo o Vale do Côa e cujas representações apresentam claras semelhanças formais com algumas das gravuras mais tardias do vale (García Díez e Aubry, 2002).

O achado na Olga Grande 4 de dois picos em quartzito, associados a níveis de ocupação gravettenses com um conjunto de estruturas de combustão (Aubry, 2001; 2002), veio reforçar a ligação entre a ocupação paleolítica e a respectiva arte rupestre. Estes picos apresentavam as suas extremidades desgastadas, relacionando-se directamente com a morfologia de alguns impactos de picotagens no vale, o que permitiu atestar a sua funcionalidade.

Para além da definição da sequência ocupacional e da relação entre sítios de habitat e arte rupestre, a investigação em curso tem vindo a permitir a reconstrução das estratégias de povoamento e dos modos de exploração dos recursos neste território.

A partir da análise das matérias-primas empregues foi possível a definição de redes de intercâmbio de longa distância baseadas sobretudo na troca de sílex, uma matéria-prima essencial para a sobrevivência destas populações, mas inexistente no contexto geológico regional. Definiu-se assim um conjunto de territórios de exploração que vão desde uma escala regional, onde se incluem as raras fontes de rochas silicificadas locais, até um território de aprovisionamento de mais de 50.000 km², para as fontes que se estendem desde a Meseta até à Estremadura portuguesa.

A partir deste dado podem-se levantar três hipóteses explicativas. Numa primeira, poder-se-á defender a realização de expedições a partir do Vale do Côa, com vista à obtenção de sílex. Esta hipótese parece ser descartada pela grande variedade de fontes desta matéria-prima identificadas na região. Assim sendo, colocam-se duas hipóteses alternativas, ou o Vale do Côa foi visitado por grupos humanos oriundos das diferentes regiões de origem do sílex, ou um grupo local era visitado sazonalmente por outros que trariam consigo a matéria-prima. Os dados obtidos parecem favorecer esta última hipótese, uma vez que durante todas as fases do Paleolítico superior, os grupos que aqui residiram mostram um profundo conhecimento das fontes de matérias-primas locais, bem como das suas potencialidades e usos, numa área de cerca de 500 a 2.000 km² (Aubry, 2001/2002; Aubry *et al.*, 2003; Aubry e Mangado Llach, 2003; Aubry *et al.*, 2004; Carvalho, 2001; Mangado Llach, 2002).

O Vale do Côa funcionaria deste modo como um sítio de agregação de diferentes grupos, e foi neste contexto que foi realizada a arte rupestre.

A uma escala local, a diferente localização topográfica dos diferentes sítios, bem como a sua diferença em termos estruturais e de utensilagem predominante, permite-nos estabelecer uma complementaridade entre os sítios do fundo do vale, por exemplo Cardina ou Quinta da Barca Sul, e os sítios do planalto da Olga Grande, nomeadamente os *loci* 4 e 14. Nos sítios de fundo do vale predominam em termos de utensílios as raspadeiras, e foram já identificadas estruturas habitacionais no sítio da Cardina, durante o Gravettense final. A geomorfologia do planalto granítico permite a concentração de água, nomeadamente durante as épocas de degelo, e os sítios aí estudados revelaram inúmeras ocupações de curta duração ao longo dos tempos, associadas a grandes estruturas líticas, compostas por fragmentos de quartzo e quartzito aquecidos, cuja funcionalidade ainda se encontra em estudo (Aubry, 1998; 2001; Aubry *et al.*, 2002; Aubry e Sampaio, 2003a; 2003b).

Estes vestígios documentam a actividade de grupos de caçadores-recolectores que ocuparam a região do Baixo Côa durante o Paleolítico superior. A sua vida baseava-se numa complementaridade entre sítios de fundo do vale, mais residenciais, e os sítios do planalto, relacionados provavelmente com actividades cinegéticas. Entre idas e vindas dedicaram-se também à expressão artística.

É no contexto da ocupação humana paleolítica deste território que se poderá encontrar a chave para a compreensão do significado da arte rupestre coeva.

4. PRÉ-HISTÓRIA RECENTE

Encontram-se, até ao momento registados na base de dados do PAVC, 74 sítios arqueológicos com ocupação atribuível à Pré-história Recente (fig. 3).⁷

⁷ Para além dos sítios atribuídos ao Paleolítico e à Pré-história Recente, foi identificado um conjunto de 32 sítios, cuja atribuição se revela problemática. Este conjunto é composto sobretudo por manchas de ocupação e achados isolados, que evidenciaram material lítico sem elementos seguros de diagnóstico, o que impossibilita, por agora, a sua atribuição a um ou outro destes períodos. Desta forma, torna-se impossível precisar a sua cronologia, sendo genericamente atribuídos ao Paleolítico ou Neo-Calcolítico.

Quadro 1
Pré-História Antiga: quadro-resumo

Período	Ocupação	Datações	Materiais diagnóstico	Arte Rupestre
Paleolítico Inferior	Quinta da Granja Quinta do Vale Meão Quinta do Curral Velho		Seixos afeiçãoados bifaces machados	
Paleolítico Médio	Olga Grande 2 e 4 (base)		Indústria <i>levallois</i>	
Gravettense antigo	Olga Grande 4 (nível 3)	26.800 ± 1.800 30.000 ± 2.400 BP (TL)	Micro-gravettes	Alto da Bulha; Broeira; Canada da Moreira; Canada do Amendroal; Canada do Inferno; Faia;
Gravettense Final	Olga Grande 14 Ínsula Cardina I (nível 4) Fariseu (?)	26.500 ± 1.800 30.100 ± 1.500 BP (TL)	Lamelas de dorso truncadas ou bitruncadas	Fariseu; Foz do Côa; Meijapão; Moinhos de Cima; Penascosa; Quinta da Barca; Quinta das Tulhas; Rego da Vide; Ribeira de Piscos; Ribeira de Urros; Vale da Casa; Vale de Cabrões; Vale de Figueira; Vale de João; Esquerdo;
Proto-Solutrense	Fariseu (?) Olga Grande 14	21.500 BP (14C Estremadura)		Vale de José Esteves; Vale de Moinhos; Vale de Videiro; Vermelha.
Solutrense	Olgas Cardina	20.700 ± 1.300 23.400 ± 1.500 BP (TL) (Solut. Ou Proto-Solut.)	Pontas crenadas, folha de loureiro (Cardina)	
Magdalenense antigo	Cardina	15.000/16.000 BP (14 C Estremadura)		
Magdalenense final	Fariseu (níveis 3 e 4*) Cardinal Olgas Quinta da Barca Sul	12.500 BP (TL Qta (Barca) 10.500 BP (14C Estremadura)	Pontas com dorso curso e micrólitos geométricos	

Base: AUBRY e CARVALHO, 1998; AUBRY *et al.*, 2002; BASE DE DADOS DO PAVC; BAPTISTA, 1999; BAPTISTA e GOMES, 1997.

Em nenhum destes sítios foi identificada qualquer ocupação epipaleolítica/mesolítica, o que fez supor, num primeiro momento, uma desertificação humana do Vale do Côa durante o Holoceno antigo (Carvalho, 1999). Foram contudo identificadas gravuras cuja tipologia poderá eventualmente integrar-se neste período, nomeadamente na rocha 36 da Canada do Inferno (Baptista e Gomes, 1998: 252-253) e na rocha 1 de Vale de Cabrões (Baptista, 1999a: 138-139).

Por outro lado, recentes descobertas realizadas no sítio do Prazo (Freixo de Numão), nas imediações do Vale do Côa, comprovaram não só ocupações relativamente tardias do Paleolítico superior, com datações absolutas de cerca de 9.500 BP, como também níveis atribuídos ao Mesolítico, associados alareiras e outras estruturas. Estes níveis apresentam datações radiocarbónicas que vão deste os inícios do VIII milénio até meados do IV cal BC (Monteiro-Rodrigues, 2000; 2002). Para além de uma continuação da ocupação paleolítica até uma fase relativamente tardia, estes dados vêm principalmente comprovar a existência de uma ocupação holocénica pré-neolítica na região, algo que até ao momento não fora ainda verificado.

4.1. Expressão artística

A arte da Pré-história Recente do Vale do Côa encontra-se atestada em 11 núcleos distintos (Baptista, 1999a), dos quais salientamos a Canada do Inferno, Faia, Vale de Videiro, Ribeirinha, Vale da Casa e Vale do Namorados.⁸ Na maioria dos casos tratam-se de núcleos que apresentam igualmente representações paleolíticas e/ou posteriores.

Tal como os paleolíticos, estes núcleos encontram-se igualmente vinculados aos cursos de água, embora em alguns casos, como nos núcleos da Ribeirinha e Vale de Namorados, se tratem de cursos de água secundários, a alguma distância do Côa.

⁸ Os restantes são: Penascosa, Quinta da Barca, Ribeira de Piscos, Vale de Cabrões e Vale de Figueira.

O suporte gráfico consiste igualmente nos típicos painéis verticais de xisto e apenas os núcleos da Ribeirinha e da Faia se integram em ambiente granítico. Tanto em suporte granítico como de xisto, as pinturas surgem geralmente restringidas a zonas abrigadas dos elementos naturais.

Os motivos do Vale do Côa datados da Pré-história Recente são formalmente idênticos a outros contemporâneos, identificados, por exemplo, no interior de monumentos megalíticos das Beiras ou em abrigos rochosos. Tratam-se de motivos esquemáticos ou semi-esquemáticos, onde predomina a figuração antropomórfica. Para além destes, refira-se ainda a representação de algumas figuras zoomórficas, tais como bovídeos (Baptista, 1999a).

A técnica dominante deste período consiste na pintura a vermelho, grande parte dela inserida em abrigos sob a rocha, como por exemplo na Ribeirinha, Ribeira de Piscos ou Faia. Apesar da importância da pintura, a gravura não está ausente, nomeadamente através da picotagem (por ex. rocha 1 Vale dos Namorados, rocha 11 do Vale da Casa, rocha 23 da Quinta da Barca), incisão filiforme e raspagem (ambas na rocha 17 da Penascosa).

Apesar de não se ter procedido ainda a uma completa definição cronológica destes motivos, distinguem-se já alguns momentos. Entre os motivos mais antigos, eventualmente datados do Neolítico antigo, destacam-se a figura humana semi-esquemática da rocha 3 da Faia, com paralelos na arte levantina, e os dois bovídeos da rocha 1 do mesmo sítio (Baptista, 1999a; Carvalho, 1999).

A grande maioria do *corpus* artístico da Pré-história Recente do Vale do Côa integra-se dentro do Neolítico/Calcolítico, onde sobressaem figuras antropomórficas esquemáticas, pintadas a vermelho, que se podem encontrar na generalidade dos núcleos de arte deste período. De entre as gravuras desta época, salientam-se os caprinos picotados da Canada do Inferno (rocha 36) os antropomorfos gravados igualmente por picotagem das rochas 5C da Penascosa, 4 da Ribeira de Piscos, 23 da Quinta da Barca, e o exemplar raspado da rocha 17 da Penascosa (Baptista, 1999a; Baptista e Gomes, 1998).

As representações corniformes picotadas dos Namorados (rocha 1) e do Vale da Casa (rocha 11) datarão já de uma fase de transição entre o Calcolítico e a Idade do Bronze Antigo (Baptista, 1999a), embora tenham sido já também atribuídas ao Neolítico final (Carvalho, 1999).

4.2. Ocupação humana

4.2.1. Neolítico

Colocada a questão do esvaziamento ou não deste território durante os inícios do Holoceno, os vestígios claramente atribuídos ao Neolítico são escassos, concentrando-se em apenas 6 sítios registados.

O Neolítico antigo surge representado no Prazo, junto a Freixo de Numão (Monteiro-Rodrigues, 2000; 2002) e na Quinta da Torrinha, localizada no planalto das Chãs, na margem esquerda do Côa. Este último sítio foi objecto de escavação por uma equipa do PAVC, chefiada por António Faustino Carvalho, e dele podem-se retirar algumas conclusões (Aubry e Carvalho, 1998; Carvalho, 1998; 1999).

Localizada numa área aplanada próximo de um curso de água, a Quinta da Torrinha não evidenciou qualquer tipo de estrutura. O material arqueológico aí recolhido consiste sobretudo em fragmentos cerâmicos caracterizados por formas simples (taças, hemisféricos, esféricos e globulares), sem carenas, bases planas ou fundos cônicos. Quando se verifica, a decoração inscreve-se sobretudo na faixa inferior ao bordo e é composta por impressões, boquique e incisões. O material lítico é composto exclusivamente por rochas locais, como o quartzo, cristal de rocha e quartzito. Em termos formais, este material compõe-se de lascas obtidas a partir de núcleos prismáticos, estando ausentes as pontas de seta. No domínio da pedra polida foi ainda identificado um percutor e alguns elementos de mó (Carvalho, 1999: 55-59).

Pela tipologia dos materiais recolhidos e pela sua comparação com contextos já datados, como o abrigo do Buraco da Pala (Mirandela), esta ocupação aponta para os inícios do V milénio cal BC.

Inicialmente integrada numa fase inicial do Neolítico (Carvalho, 1999), uma reavaliação do sítio da Quebradas, à luz dos materiais recolhidos no Tourão da Ramila e da datação radiocarbónica aí realizada, faz avançar a sua ocupação para finais do V, inícios do IV milénio a.C. (Carvalho, 2003).

Localizado nas proximidades do sítio anterior, também aqui não foi identificada qualquer estrutura. O material arqueológico é igualmente constituído sobretudo por cerâmica manual, em grande medida semelhante à da Quinta da Torrinha, acrescida da significativa presença de cerâmica decorada com caneluras. Predominam igualmente as rochas locais na produção de utensilagem lítica, sendo residual a presença de sílex. Verificou-se ainda a presença de lascas de anfibólito, marcas do reavivamento de gumes de machado. A presença deste tipo de utensílio foi comprovada por um achado à superfície. Dentro do material lascado, salientam-se as lascas retocadas, lamelas e crescentes. Foi ainda identificada uma lasca de dente de ovicaprino nas Quebradas (Carvalho, 1999: 41-54).

Da escavação destes dois sítios pode-se afirmar que o Baixo Côa foi ocupado desde o início do Neolítico por pequenos grupos, de grande mobilidade, que embora possivelmente baseados em habitats mais sedentários, como seriam alguns abrigos, do tipo do Buraco da Pala, possuíam ainda um relativo grau de mobilidade. Estes grupos realizariam ocupações pontuais ou sazonais de locais como as Quebradas e a Quinta da Torrinha, onde se dedicariam já a uma economia produtora, baseada na pastorícia, comprovada pela lamela de dente de ovicaprino, e agricultura, atestada sobretudo pelos elementos de mó e machados. Estas actividades seriam ainda complementadas pela caça, evidenciada pelos micrólitos (Carvalho, 1998; 1999).

Em termos simbólicos, apenas se identificaram os dois painéis pintados da Faia já referidos, e que poderão datar do Neolítico antigo. Tratam-se da rocha 1, que apresenta dois bovinos pintados a vermelho, e da rocha 3, que apresenta uma figura antropomórfica pintada a vermelho vinho, transportando um arco, e cujos caracteres formais fazem recordar a arte levantina (Baptista, 1999a; Carvalho, 1999).

O Neolítico final surge atestado no Tourão da Ramila (Santa Comba). Ainda sem evidência de estruturas, a cultura material distingue-se por novas categorias formais de recipientes cerâmicos, que integram já fundos planos e paredes rectas. Em termos decorativos surge a decoração plástica, por intermédio de um mamilo. Surgem ainda motivos compostos por traços incisos verticais, bandas de linhas, impressões circulares, puncionamentos e caneluras verticais. Em termos líticos, para além do domínio das matérias-primas locais, salientam-se duas peças de sílex polido com perfurações, que terão tido a função de adorno (Carvalho, 2003).

Este local forneceu uma data radiocarbónica de 4.450 ± 40 BP, a partir de carvões de esteva e giesta, o que coincide com nível IV do Buraco da Pala, onde surge uma decoração canelada curva semelhante (Carvalho, 2003).

4.2.2. Calcolítico

Foram identificados até ao momento 20 sítios com ocupação calcolítica, salientando-se a Quinta da Torrinha, Barrocal Tenreiro, Castelo de Algodres, Castelo Velho dos Tambores e Nossa Senhora do Castelo (Urros).

O Calcolítico inicial (1.^a metade do III milénio a.C.) encontra-se atestado na segunda fase da ocupação da Quinta da Torrinha, no Barrocal Tenreiro, Vale da Veiga I e Curva da Ferradura.

A cerâmica destes sítios é caracterizada por formas simples, pouco profundas, sem bases planas, carenas ou colos estrangulados, surgindo apenas um vaso com paredes rectas. A decoração é excepcional, sendo baseada na impressão, nomeadamente com o recurso a pente, puncionamento, boquique e incisão, configurando triângulos preenchidos, penteados e espinhas incisas. Verifica-se ainda a presença de caneluras. No que se refere ainda aos artefactos cerâmicos, mas não contentores, refira-se a identificação de um fragmento de “ídolo de cornos” na escavação da Quinta da Torrinha (Carvalho, 2003).

Em termos de utensilagem lítica assinala-se a identificação, à superfície, de quatro machados polidos, assim como elementos de mó na Quinta da Torrinha. Refira-se ainda a presença de percutores e bigornas. O talhe é baseado sobretudo nas matérias-primas locais (quartzo, cristal de rocha e mesmo xisto), realizado a partir de núcleos bipolares, estando o sílex igualmente presente, mas residual. Tipologicamente ressaltam as lascas retocadas, peças esquiroladas, um espigão de furador em sílex, identificado no Barrocal Tenreiro, e um furador e cinco pontas de seta com pedúnculo e aletas, na Quinta da Torrinha (Carvalho, 2003).

Se a Quinta da Torrinha continua a evidenciar uma falta de elementos estruturais nos níveis calcolíticos, já o Barrocal Tenreiro apresenta um conjunto de negativos que se ordenam de forma regular e ortogonal, associados a vários buracos de poste e uma lareira. A falta dos elementos positivos desta estrutura, que certamente se degradaram devido à sua natureza perecível, dificulta a sua interpretação. A exiguidade das áreas definidas e a presença de elementos naturais (barrocos de granito) que funcionassem como barreiras aos ventos dominantes, levou a descartar-se a hipótese de estarmos perante vestígios de habitação ou quebra-ventos. Segundo o investigador responsável (Carvalho, 2003: 260), estes negativos deverão antes corresponder a elementos infraestruturais de suporte de celeiros, que assim se elevariam do solo, como os actuais espigueiros, de forma a evitar a degradação e destruição do seu conteúdo pela acção de espécies nocivas aos produtos agrícolas.

A presença do “ídolo de cornos” e a baixa percentagem de decoração da cerâmica dos níveis superiores da Quinta da Torrinha remetem a sua ocupação mais recente para a primeira metade do III milénio a.C. A decoração da cerâmica do Barrocal Tenreiro (triângulos preenchidos, penteados e espinhas incisas), conjugada com uma datação radiocarbónica de 4.100 ± 60 BP, apontam para uma fase de desenvolvimento do Calcolítico regional (Carvalho, 2003).

O Calcolítico pleno/final parece estar associado à expansão da decoração penteada nos contentores cerâmicos. Este motivo predomina nas camadas 3 e 4 do Castelo Velho de Freixo de Numão (Jorge, 1993), Curral da Pedra, Vale de Mateus/Gamoal, Nossa Senhora do Castelo (Urros) e Castelo de Algodres

Apenas este último sofreu escavações arqueológicas por uma equipa do PAVC. Na altura, o sítio encontrava-se já parcialmente destruído, devido à construção de um depósito de água. Não foram identificadas quaisquer estruturas, embora se tenha verificado uma área que apresentava grande quantidade de barro com negativos de elementos vegetais, interpretado como revestimento de cabana, associado a pequenas lajes de xisto. Este facto foi interpretado como a prova da existência de pelo menos uma cabana encostada aos blocos de granito (Carvalho, 2003: 262).

Em termos de material cerâmico dominam os contentores de formas esféricas, 1/5 deles decorados, sobretudo por meio de penteados incisos (90%). Identificou-se ainda um peso de tear com quatro orifícios. A indústria lítica está representada por percutores, algumas lascas e núcleos de quartzo e um fragmento mesial de lâmina de sílex (Carvalho, 2003).

A relação da tipologia cerâmica e respectivas técnicas decorativas, com as camadas 3 e 4 do Castelo Velho de Freixo de Numão e o nível I do Buraco da Pala, aponta para uma cronologia do 2.º quartel do III milénio a.C.

Dever-se-á ainda referir que, para além dos vestígios identificados nos povoados próximos do Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento, o único vestígio de cerâmica campaniforme identificado na área do PAVC provém de recolhas de superfície no Castelo Velho de Tambores, onde se identificou cerâmica campaniforme de tipo arcaico (Jorge, 1990: 209).

Relativamente ao Neolítico e Calcolítico, as evidências não são muito abundantes, mas permitem, desde já, fazer uma análise do modo de vida destas primeiras populações produtoras.

Se durante o Neolítico a ocupação do território se revela escassa, o aumento de sítios com ocupação calcolítica no território em discussão evidencia uma maior densidade ocupacional deste território. Os sítios identificados e escavados revelam áreas mais extensas de ocupação, mas uma baixa complexidade estrutural, com a excepção do Barrocal Tenreiro. As estruturas aí identificadas, juntamente com os elementos de mó remetem para actividades agrícolas, o que se relaciona com solos com uma aptidão média para este tipo de actividade. Não foi evidenciado qualquer vestígio de fauna calcolítica, domesticada ou não, facto que poderá estar relacionado com a acidez dos solos em questão. No entanto, a prática da pastorícia surge comprovada nos níveis calcolíticos do Castelo Velho, onde se identificaram vestígios osteológicos de cabra, ovelha, porco e boi (Antunes, 1995). Aqui identificou-se igualmente uma área de tecelagem, actividade registada igualmente no vale através de exemplares de peso de tear no Castelo de Algodres e Curral da Pedra. Não se identificaram quaisquer evidências de metalurgia e a utensilagem permanece exclusivamente lítica. Devido aos condicionalismos naturais, predominam o quartzo leitoso e hialino, estando o quartzito remetido para a função de retenção de calor em lareiras. O sílex chega agora em menores quantidades que durante o Neolítico, e já não sob a forma núcleos pré-formados, mas através de lâminas em bruto ou utensílios acabados (Carvalho, 2003).

A partir de achados antracológicos obtidos em escavação de sítios com esta cronologia, foi possível determinar que o coberto vegetal seria caracterizado por matas de tipo mediterrânico (Queiroz e Van Leeuwen, 2003), com a presença de *Quercus*, ericácias, cistácias e leguminosas, estas últimas relacionadas com a acção humana, como detalharemos adiante.

Pelos vestígios identificados, a ocupação do Baixo Côa aparenta complexificar-se e hierarquizar-se por esta altura. Verifica-se, em primeiro lugar, a existência de grandes sítios com implantação destacada na paisagem e imponência construtiva, como o são seguramente sítios como Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento, e eventualmente também N. Sra. do Castelo de Urros ou mesmo o Castelo Velho dos Tambores.

Estes sítios são contudo excepcionais, tendo eventualmente uma função agregadora. No entanto, a ocupação humana do Vale do Côa durante o Calcolítico ter-se-á baseado fundamentalmente em pequenos núcleos de habitat, pouco estruturados e localizados em plataformas pouco elevadas, próximas de bons solos agrícolas e de pequenos cursos de água (Carvalho, 2003: 270).

Com a excepção do fértil vale de Longroiva, os fundos dos vales parecem estar despovoados. É este o domínio da arte rupestre acima referida, mas também das práticas funerárias, evidenciadas no Vale da Casa (Baptista, 1983) e Malhadais (Figueira de Castelo Rodrigo).

O primeiro sítio, hoje submerso pela albufeira da barragem do Pocinho, revelou a existência, em directa relação com um conjunto de gravuras, de uma necrópole de cistas cobertas por mamoa pétreas, dispostas num terraço fluvial sobre o rio Douro. Uma destas cistas foi então escavada, tendo revelado dois machados de pedra polida, uma faca de sílex e vários cristais de quartzo, acompanhando os restos osteológicos de um indivíduo (Baptista, 1983: 57 e 67).

As equipas do PAVC identificaram a estação arqueológica de Malhadais, já no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, que apresenta uma tipologia semelhante. O sítio situa-se numa plataforma ocupada por um pequeno carvalhal sobranceiro à margem esquerda do Rio Águeda. Ai identificaram-se 9 mamoadas, que apresentam vestígios de cratera de violação na sua parte central, com a excepção de uma delas. A altura média das mamoadas oscila entre 50 e 80 cm por 5 e 6 m de diâmetro (PAVCsítios; Carvalho, 2003).

Tratam-se das únicas duas estações arqueológicas pré-históricas de natureza funerária, identificadas até ao momento nesta região. Em ambos os casos se verifica a existência de necrópoles de cistas implantadas no fundo de vales fluviais encaixados, que, no caso do Vale da Casa, se encontra datada da primeira metade do III milénio a.C. (Cruz, 1998). Apesar de algumas informações orais e publicadas (Trabulo, 1992), não foi, até ao momento, confirmada a existência de qualquer estrutura funerária megalítica.

Esta hierarquização do território, onde se integra a arte rupestre e restantes tipos de sítios arqueológicos denuncia uma sociedade complexa que estruturou a sua ocupação da paisagem.

4.2.3. Idade do Bronze

A base de dados do PAVC regista até ao momento um total de 16 estações arqueológicas com vestígios de ocupações atribuíveis a este período. Destes, apenas o povoado do Fumo foi objecto de escavação arqueológica (Aubry e Carvalho, 1998; Aubry *et al.*, 1997; Carvalho, 1998; 2004), pelo que a maioria dos sítios de habitat se conhecem apenas a partir de prospecções de superfície.

Inicialmente atribuído a momentos calcolíticos, a continuação dos trabalhos no sítio do Fumo aumentou o repertório formal e decorativo dos recipientes cerâmicos e possibilitou a realização de duas datações radiocarbónicas (3.560 ± 70 BP e 3.580 ± 70 BP), que permitiram inserir a sua ocupação na transição do III para o II milénio a.C. o que corresponde aos momentos iniciais da Idade do Bronze (Carvalho, 2004).

Localizado na transição entre o planalto de Almendra e as zonas baixas do rio Côa, junto à Ribeirinha, num local resguardado, o povoado apresenta uma extensão considerável (800 m²). A sua escavação parcial permitiu a identificação de um complexo conjunto de estruturas, onde se incluem dois buracos de poste, que, associados à grande quantidade de barro de revestimento de cabana, com vestígios de entrançados vegetais, poderão testemunhar o tipo de abrigos utilizados. Identificou-se ainda um conjunto de nove fossas de funcionalidade indeterminada, uma lixeira, uma lareira delimitada por um conjunto de blocos e outra lareira em fossa (Carvalho, 2004).

Em termos artefactuais salienta-se um conjunto de 127 recipientes fragmentados e um intacto. Formalmente dominam taças, tigelas e globulares, surgindo já também formas troncocónicas, vasos de paredes rectas e um prato, bem como algumas carenas. Os vasos decorados estão em minoria e ostentam técnicas como a incisão, impressão, puncionamentos, a utilização de pente arrastado e a decoração plástica, empregues de forma exclusiva ou combinada. Os motivos organizam-se sobretudo em bandas paralelas ao bordo, temas espinhados, impressões circulares, por vezes preenchidas com pasta branca, e triângulos preenchidos, localizados no terço superior do vaso. As aplicações plásticas configuram mamilos e cordões segmentados, sendo ainda empregues na elaboração de raras asas de fita. Para além do extraordinário vaso intacto, surgem ainda dois fragmentos de cerâmica tipo “Cogeces”, com decoração interna e externa (Carvalho, 2004).

O panorama da utensilagem lítica é pobre, baseando-se sobretudo nas matérias-primas locais, nomeadamente o quartzo, que é empregue por exemplo na confecção de pontas de seta. As rochas siliciosas surgem marginalmente, sob a forma de pequenas esquírolas, indiciando um uso extremo desta matéria-prima alóctone. Surge ainda o anfíbolito, sob a forma de lascas, eventualmente associadas à produção ou reavivamento de machados. Salienta-se finalmente uma “alabarda” obtida a partir de um seixo alongado de quartzito. Finalmente refira-se o mais antigo achado metálico identificado em escavação na área do PAVC, até ao momento. Trata-se contudo de um fragmento informe de um metal não identificado (Carvalho, 2004).

Outros locais registados com ocupação contemporânea do Fumo são o povoado dos Tambores, onde se noticiou o achado de um machado de bronze (Coixão, 2000), e o Alto da Lamigueira, que se encontram posicionados sobre a depressão tectónica de Longroiva (Carvalho, 2004), havendo ainda a referir o achado de vários fragmentos de um vaso troncocónico no sítio do Vale da Veiga II (PAVCsítios).

O mais importante vestígio da região do Baixo Côa datado do Bronze inicial reside na estela de Longroiva. Trata-se de uma laje de granito esculpida com uma figura antropomórfica de cerca de 1,40 m de altura, identificando-se olhos, nariz, boca, uma possível barba e eventual colar, e que segura na mão

direita uma alabarda encabada com nervura central, e na esquerda um arco e no seu interior um punhal. Esta estela foi já relacionada com o culto de chefes guerreiros e demarcaria possivelmente uma importante rota de passagem de metal (Almagro, 1966: 108, fig. 35, Lam. XXX; Jorge, 1986: 954-958).

Foram ainda identificadas algumas rochas, atrás mencionadas, que apresentam motivos possivelmente datados do Calcolítico final/Bronze inicial. Tratam-se dos motivos corniformes picotados identificados na rocha 1 Vale de Namorados e na rocha 11 do Vale da Casa (Baptista, 1983; 1999a).

Uma referência importante para o conhecimento da Idade do Bronze desta região reside no Castelo Velho de Freixo de Numão, não só pelo trabalho já aí realizado, como também pelo tipo de resultados obtidos. Este sítio apresenta uma ocupação contínua desde cerca de 3.000 até cerca de 1.300 a.C. Como vestígios de ocupações já inseríveis na Idade do Bronze, salientam-se os integrados na camada 3, que poderá chegar até a uma fase inicial deste período, e na camada 2, que percorre o Bronze inicial até ao Bronze pleno, fechando a ocupação pré-histórica do sítio (Jorge e Rubinos, 2002).

A Idade do Bronze é o momento em que melhor conhecemos a paleoecologia da região. A fauna e flora dos momentos iniciais da Idade do Bronze, bem como a sua exploração pelas comunidades que habitaram a região, poderão ser reconstituídas a partir dos dados identificados no Castelo Velho de Freixo de Numão (Antunes, 1995; Figueiral, 1998) e do povoado do Fumo.

No decurso das escavações aí realizadas, foram identificados vestígios ósseos e vegetais carbonizados dispersos pela fossa, lareira e lixeira. Em termos faunísticos, identificou-se um conjunto de restos de mamíferos em estado muito fragmentário, que permitiu a identificação sobretudo de ovicaprinos (52%) e boi (33%), bem como dois fragmentos de coelho, um de suídeo e outro de veado. Tratam-se sobretudo de espécies domesticadas (ovicaprinos e bovinos), sendo apenas o veado seguramente selvagem. O contexto em que surgiram, assim como a carbonização de alguns e a identificação de marcas de corte num outro, sugerem estarmos perante restos de alimentação humana (Valente, 2004). Podemos assim presumir que estas populações baseariam a sua alimentação carnívora em espécies que apascentavam, complementando a sua dieta com algumas espécies caçadas.

A análise dos vestígios antracológicos do Fumo permitiu a identificação de carvalho, azinheira, carrasco, zimbro, esteva, queiró e roselha ou sargaço (Queiroz e Van Leeuwen, 2003). Partindo do princípio que a amostra é representativa da vegetação natural da região, ela representa uma continuidade com o identificado durante o Calcolítico. Bosques de azinheira alternam com os zimbrais, característicos de um clima semelhante ao actual, com uma baixa precipitação anual. Seria este o tipo de coberto vegetal actual da região caso ela não tivesse sofrido uma intensa desflorestação por acção humana. Essa intervenção surge já assinalada no registo arqueológico através da presença das ericáceas e cistáceas, relacionadas com formações vegetais mais abertas, ou seja, espaços mais humanizados (Queiroz e Van Leeuwen, 2003).

Os vestígios antracológicos exumados no Fumo não nos auxiliam na identificação do tipo de agricultura realizada, devendo os dados obtidos no Castelo Velho de Freixo de Numão a este respeito ser tomados com cautela, devido às intrusões identificadas na camada 2 (Carvalho, 2004: 217). No entanto, a relação entre os assentamentos da Idade do Bronze com zonas de forte aptidão agrícola, nomeadamente o vale de Longroiva e a identificação de abundantes elementos de mó concorrem para a definição desta actividade como fundamental à subsistência destas populações.

Estas populações surgem aos nossos olhos fortemente ligadas ao seu território circunvizinho, que exploraram, mantendo-se uma aparente hierarquia de povoamento, distinguindo-se pequenos (Alto da Lamigueira) e médios povoados (Fumo), e “espaços monumentalizados” (Castelo Velho de Freixo de Numão).

Os únicos elementos arqueológicos que apontam já para os inícios do I milénio provêm do Castelo dos Mouros de Cidadelhe, onde recolhas de superfície permitiram a identificação de cerâmica de “Cogotas I” (Perestrelo, 2003a: 65-67). Este sítio encontra-se em fase de investigação e poderá vir a trazer novos dados para a compreensão da ocupação das margens do rio Côa durante o Bronze final.

5. PROTO-HISTÓRIA E ROMANIZAÇÃO

Por oposição à arte rupestre, a ocupação proto-histórica do Vale do Côa é praticamente desconhecida. Já a ocupação romana conhece-se um pouco melhor, mas corresponde a um hiato artístico no fundo do vale (fig. 4).

Quadro 2
Pré-História Recente e Proto-história: quadro-resumo

Período	Ocupação	Datações	Materiais diagnóstico	Arte Rupestre
Epipaleolítico/ Mesolítico	Praço (Freixo de Numão)	Meados do VIII a meados do VI Milénio cal. a.C. (14C)	Micrólitos geométricos	Canada do Inferno (R 36)? Vale de Cabrões (R1)?
Neolítico Antigo	Quinta da Torrinha Praço (Freixo de Numão)	Meados do VI meados IV milénios cal. a.C. (14C Praço)	Cerâmica com formas elementares decoradas com incisões, impressões e punclonamentos	Faia (R1 e 3)
Neolítico médio	Quebradas	Finais do V, inícios do IV a.C.	Cerâmica canelada	
Neolítico final	Tourão da Ramila	Segunda metade do IV milénio a.C. (4.450±40 BP – 14 C)	Cerâmica canelada sem micrólitos	Canada do Inferno; Faia; Penascosa; Quinta da Barca; Ribeira de Piscos; Ribeirinha; Vale da Casa; Vale de Cabrões; Vale de Figueira; Vale de Namorados; Vale de Videiro;
Calcolítico inicial	Quinta da Torrinha 2 Barrocal Tenreiro	1.ª metade do III mil. a.C. 4.010±40 BP (14C Barrocal Tenreiro)	Triângulos preenchidos com impressões ou punclonamentos, temas em espinha	
Calcolítico pleno/final	Castelo de Algodres N.S. do Castelo (Urros) Castelo Velho (F. de Numão) Tambores	Meados do III milénio a finais do III do II a.C.	Impressões circulares faixas e linhas horizontais, cerâmica penteada e campaniforme	
Bronze Inicial	Castelo Velho (F. de Numão) Fumo Vale da Veiga II	3.560±70 BP 3.580±70 BP (14C Fumo)	Formas troncocómicas, bases planas, carenas, decorações mamilada, cordões plásticos segmentados, cerâmica tipo "Cogeces"	Estrela de Longroiva Vale da Casa (R11) Vale de Namorados (R1)
Bronze Final	Castelo dos Mouros (Cidadelhe)		Cerâmica tipo Cogotas I	
Idade do Ferro	Aldeia Nova/Olival dos Telhões Cabeço Meão Castelo Calabre Castelo dos Mouros (Cidadelhe) N.S. do Castelo (Urros) ?		?	Alto da Bulha; Broeira; Canada da Moreira; Canada do Amendoal; Canada do Inferno; Foz do Côa; Meijapão; Moinhos de Cima; Penascosa; Quinta das Tulhas; Ribeira de Urros; Vale da Casa; Vale de Cabrões; Vale de João Esquerdo Vale de José Esteves; Vale do Forno; Vermelhosa

Base: AUBRY e CARVALHO, 1998; BASE DE DADOS DO PAVC; BAPTISTA, 1999; BAPTISTA e GOMES, 1997, CARVALHO, 1999, 2003, 2004; MONTEIRO-RODRIGUES, 2002; Perestrelo, 2003a.

5.1 Expressão artística

A arte sidérica constitui o segundo momento artístico mais relevante da arte rupestre do Vale do Côa, e foi identificada em 18 núcleos distintos (Baptista, 1999a), dos quais sobressaem Vermelhosa, Vale da Casa, Vale de Cabrões e Canada da Moreira.¹⁰

O suporte é o mesmo, surgindo os motivos da Idade do Ferro frequentemente associados aos paleolíticos. No entanto, quando se verificam sobreposições, estes são sempre cobertos por aqueles, como por exemplo na rocha 1 da Vermelhosa (Zilhão *et al.*, 1997).

A sua temática é caracterizada sobretudo pela representação da figura humana, que surge geralmente armada e/ou a cavalo. Para além da figura humana, são frequentemente representadas figuras zoomórficas, especialmente domesticadas, como os referidos cavalos, canídeos, e também selvagens, como os cervídeos. Foram frequentemente figuradas armas, tais como lanças, falcatas e escudos, que surgem associadas a figuras humanas ou de forma isolada. Finalmente, na rocha 23 do Vale da Casa, hoje submersa, foi identificada uma inscrição alfabética.

Estes motivos surgem geralmente associados, formando cenas que, pelas suas características, como a representação das cabeças humanas em forma de pássaro, ou do conteúdo sexual de algumas das representações, poderão constituir mitografias (Baptista, 1998). Deste modo, a partir da análise destas representações podemos definir a sociedade que as produziu como sendo simbolicamente complexa e de tipo guerreiro.

A técnica de execução destas representações consiste na gravura através de incisão filiforme, por intermédio de uma ponta fina, metálica ou eventualmente lítica.

Para além da verificação das sobreposições, a cronologia destas representações foi atribuída a partir das particularidades estilísticas que apresentam, pelo tipo de armas retratado, bem como pelo tipo de alfabeto utilizado na inscrição da rocha 23 do Vale da Casa (Baptista, 1983-84; 1986). Esta rocha, onde surge gravada uma inscrição em escrita alfabética de tipo celtibérico, marca de facto o início do ciclo histórico da arte rupestre do Vale do Côa.

Não foi ensaiada até ao momento qualquer tentativa de interpretação destes painéis. No entanto, a sua localização e temática, fundamentalmente guerreira e “mitográfica”, conduzem-nos a uma reflexão.

A partir da análise da epigrafia latina ficamos a saber que, durante a ocupação romana, a região do Baixo Côa se encontrava administrativamente dividida entre quatro *civitates* (Alarcão, 1990; 1998 e neste volume). Na Devesa de Marialva localizava-se a *civitas aravorum* (CIL II 429), um pouco a norte, entre a região planáltica da Meda e de Numão, situavam-se os *Meidobrigenses*, referidos na inscrição da ponte de Alcântara (CIL II 760). Ultrapassando o Douro, a falha da Vilariça seria o território dos *Banienses*, como o comprova o achado da inscrição dedicada a Júpiter Ótimo Máximo (CIL II 2399). Não referidos na inscrição da Ponte de Alcântara, os *Cobelci*, foram recentemente identificados a partir de uma inscrição também dedicada a Júpiter pela sua *civitas*, com sede em Almofala, junto à famosa Torre das Águias (Frade, 1998).

Pressupondo nós que as divisões administrativas romanas geralmente respeitaram as entidades preestabelecidas, podemos fazer coincidir estes territórios com *populi* pré-romanos. A actual proposta faz passar o limite entre *Cobelci* e *Meidobrigenses* pela Serra da Marofa (Alarcão, 1998: fig. 2), no entanto não julgamos de todo descabido alargá-la até às margens do Côa. Em termos geomorfológicos, o Côa marca o fim da Meseta, e percorre, no seu trajecto final, um vale encaixado com reduzidos pontos de passagem. Relembremos que o seu trajecto foi utilizado como fronteira política até 1297.

Desta forma, relacionando a distribuição destes povos com as características geomorfológicas do terreno, podemos presumir que a região do Baixo Côa e a sua confluência com o Douro poderá ter funcionado como um verdadeiro *trifinium* entre três entidades pré-romanas. A norte do Douro, localizavam-se os *Banienses*, na margem direita os *Cobelci*, e na esquerda os *Meidobrigenses*, ou, menos provavelmente, os *Aravi*.

A arte rupestre de ambas as margens do curso final do rio Côa e de ambas as margens do Douro, poderia ter assim funcionado como um marcador territorial, e a sua mensagem guerreira e mitológica funcionaria como propiciadora da manutenção desses limites. A descodificação da inscrição da rocha 23 do Vale da Casa poderia ser um importante elemento para a avaliação desta hipótese. Os bétilos com escrita do Sudoeste, cuja *ordinatio* em muito se assemelha à rocha 23, foram já interpretados como marcadores territoriais. Exemplo disso foi o bétilo do Monte das Góias (Mértola), para o qual se defendeu a possibilidade de demarcar os territórios entre a etnia sedada em Mértola e uma outra na região de Ourique (Alarcão, 1996: 22).

¹⁰ Os restantes núcleos são: Alto da Bulha, Broeira, Canada do Amendoal, Canada do Inferno, Foz do Côa, Meijapão, Moinhos de Cima, Penascosa, Quinta das Tulhas, Ribeira de Piscos, Ribeira de Urros, Vale de João Esquerdo, Vale de José Esteves e Vale do Forno.

Com isto, não queremos mais do que apresentar uma primeira proposta de interpretação dos motivos proto-históricos do Vale do Côa. Esta tentativa carece contudo de confirmação a partir de uma análise cuidada dos motivos gravados, respectivos estilos e contexto arqueológico, que é neste momento praticamente desconhecido, bem como da delimitação das *civitates* romanas.

Até ao momento não foi identificado qualquer vestígio de arte rupestre de cronologia romana no fundo do vale do Côa. As razões desta ausência poderão estar no facto da arte rupestre ser geralmente uma expressão de sociedades sem escrita (Taçon e Chippindale, 1998). Contudo, encontramos alguns exemplos de inscrições rupestres no planalto de Freixo de Numão, como são exemplo a inscrição rupestre do horto de Reburro e da estrada dos *As(s)anian(censes)* (Coixão e Encarnação, 1997), ambas em suporte granítico, mas sem qualquer carácter figurativo. A ausência deste tipo de inscrições no fundo do vale, que apresentaria em teoria óptimos suportes para tal, deverá estar relacionada com o tipo e densidade da ocupação romana do local, de que a seguir trataremos.

5.2. Ocupação humana

Até ao momento, encontram-se apenas inventariados 10 sítios com uma provável ocupação deste período, quatro deles fora da área do Parque. Este facto contrasta com os 16 núcleos de arte rupestre sidérica conhecidos, mas não constitui uma completa surpresa. De facto, contrariamente às regiões norte e sul de Portugal, a Idade do Ferro de Trás-os-Montes e das Beiras mantém-se em grande medida desconhecida.

O norte de Portugal parece ter sido dominado pelo que se convencionou chamar de cultura castreja. No entanto, atentando à dispersão deste tipo de povoamento, verificamos que ele se concentra sobretudo em regiões mais litorais, sendo menos intenso no interior (Silva, 1986). O maior estudo dedicado ao povoamento proto-histórico e romano de Trás-os-Montes Oriental concluiu que, com a excepção do fértil vale da Vilaça, a zona sul do distrito de Bragança revela “uma notável rarefacção de povoados proto-históricos” (Lemos, 1993: 265). Este facto, atribuído a um quadro ecológico adverso, parece ter continuidade na margem sul do Douro, nomeadamente no Baixo Côa, onde foi apresentado o mesmo argumento para a reduzida densidade ocupacional (Almeida, 1995).

A região beirã é marcada por um ainda maior desconhecimento da ocupação proto-histórica a um nível material, tendo apenas recentemente sido publicados os primeiros fragmentos de cerâmica atribuída à I Idade do Ferro (Vilaça e Basílio, 2000). Mais recentemente ainda, as datações radiocarbónicas obtidas no sítio do Picoto (Guarda), vieram surpreender, ao inserirem na II Idade do Ferro um conjunto de estruturas em fossa, associadas a cerâmicas manuais de tipo grosseiro, sem decoração, que, à partida, se presumiriam mais antigas (Perestrelo *et al.*, 2003).

O estudo do povoamento da bacia da Ribeira de Massueime, afluente do Côa, verificou a raridade da ocupação sidérica, mas também a dificuldade na sua detecção, em virtude da falta de elementos materiais de diagnóstico, o que se vem comprovar pelos achados do Picoto. Apesar disto, defende-se, para esta região, uma continuidade ocupacional entre os sítios com ocupação do Bronze final e a I Idade do Ferro (Perestrelo, 2003a).

De entre estes sítios salienta-se o Castelo dos Mouros de Cidadelhe, já inserido dentro da área do parque arqueológico. Este povoado amuralhado forneceu materiais do Bronze final, bem como romanos e medievais (Perestrelo, 2003a; 2003b), decorrendo neste momento a sua escavação arqueológica, com vista à definição da sua ocupação.

Outros dois sítios que se encontram em fase de escavação permitiram a identificação de materiais atribuídos à Idade do Ferro. O povoado amuralhado de Nossa Senhora do Castelo de Urros forneceu cerâmicas que, numa primeira análise, parecem filiar-se na cerâmica de tradição castreja, juntamente com materiais calcolíticos, romanos e medievais.¹¹

Também na escavação da *villa* romana de Aldeia Nova/Olival dos Telhões se identificou um fragmento de cerâmica “castreja”, bem como um bloco de xisto gravado com um motivo da Idade do Ferro e que fazia parte da construção de um edifício.¹² A localização deste sítio romano revela-se significativa, uma vez que ele se situa junto do Castelo Calabre, onde se implanta um povoado fortificado de consideráveis dimensões, que supostamente remontará à Idade do Ferro.

Embora de menores dimensões, o Cabeço Meão apresenta características semelhantes ao Castelo Calabre, que o colocam dentro da tipologia dos castros. Hoje é difícil a identificação de vestígios à superfície, para além da sua longa muralha em pedra aparelhada, no entanto, uma análise efectuada a

¹¹ Comunicação pessoal de Carla Braz Martins, a quem agradecemos.

¹² Comunicação pessoal de Susana Cosme, a quem agradecemos.

partir de documentos epigráficos e medievais colocou já a possibilidade de se ter aí localizado o povoado de *Coniumbriga*, topónimo claramente pré-romano (Curado, 1988-94).

Para além deste, as fontes latinas localizam nesta região um conjunto de outros topónimos que fazem referência a realidades pré-romanas, tais como *Longobriga* (Longroiva) (Curado, 1985a), e etnónimos como *Aravi* (Marialva) (CIL II 429) *As(s)anian(censes)* (Numão) (Curado, 1985b) ou *Cobelci* (Almofala) (Frade, 1998).

No estado actual dos nossos conhecimentos, e estando ainda a decorrer alguns estudos, podemos apenas afirmar que o povoamento desta região durante a Idade do Ferro revela uma fraca densidade e estaria provavelmente centrado num conjunto restrito de povoados de tipo castrejo, como o Cabeço Meão, Castelo Calabre, Castelo dos Mouros e Nossa Senhora do Castelo. Não é ainda de excluir que, pela sua implantação, alguns dos castelos medievais da região, como o de Castelo Melhor, Vila Nova de Foz Côa e Muxagata, pudessem ter tido uma ocupação proto-histórica. Esse parece aliás ser o caso em Longroiva e Marialva. Para lá de todas estas incertezas, a importância desta região para estas populações é hoje inquestionável devido à presença de um importante conjunto de arte rupestre.

Em termos de ocupação romana, encontram-se até ao momento registados na base de dados do PAVC 43 sítios, 13 deles situados fora da área do Parque Arqueológico.

A região do Baixo do Côa insere-se no extremo interior norte da província da Lusitânia, cujo povoamento não tem sido objecto de estudo preferencial. Pelo contrário, a organização administrativa desta região é hoje relativamente conhecida, sobretudo a partir das fontes epigráficas, e que já atrás mencionámos (Alarcão, 1990; 1998).

Em termos de estratégias de ocupação deste território verificamos que as grandes manchas de ocupação, representando provavelmente *villae*, estão relacionadas com os vales mais férteis da região. São exemplos disso os sítios da Vinagreira e do Reguengo, localizados nos vales que constituem a continuação da falha da Vilariça, junto a Longroiva e Pocinho respectivamente, ambos apelidados de Veiga.

Apesar disto, e em virtude da fraca aptidão agrícola dos solos da região, a grande maioria dos sítios revela-se de menor dimensão, apresentando à superfície uma relativa pobreza material. Na sua maioria, estes sítios estão relacionados com zonas planálticas – Azinhate/N. S. do Amparo e Quintas –, terraços fluviais – Quinta de Santa Maria da Ervamoira – ou com os vales dos rios e ribeiras – Quinta das Olgas I –, tendo em vista o aproveitamento dos seus depósitos aluviais e coluviais.

Para além destes sítios de natureza eminentemente agrícola, verifica-se ainda a existência de um conjunto restrito de outros sítios que apresentam uma localização topográfica completamente distinta. À sua ocupação, que deverá radicar em tempos pré-romanos, presidiram seguramente razões de natureza não económica. Exemplos disso são sítios como Monte Meão IV e VI, Castelo Calabre ou Castelo dos Mouros de Cidadelhe. Curioso é verificar que a todos eles se associam sítios de fundo de vale com alguma dimensão, como sejam Reguengo, Olival dos Telhões e Cidadelhe 1, respectivamente.

Apenas três sítios romanos foram objecto de escavação arqueológica nesta região: Azinhate/N. S. do Amparo, Olival dos Telhões e a Quinta de Santa Maria da Ervamoira.

Do primeiro conhece-se apenas o registo de alguns achados, obtidos em sondagens realizadas em 1992. Apesar disto, tratar-se-á de um sítio com alguma relevância, uma vez que a ara votiva dedicada a Júpiter Ótimo Máximo, hoje guardada na Igreja Matriz de Vila Nova de Foz Côa, será proveniente deste local (Coixão, 2000: 340-344). Esta é a única inscrição romana conhecida no interior da área do parque, havendo no entanto a referência de que a inscrição funerária, que hoje se encontra na capela de Santo Cristo (Barca D'Alva), terá sido achada em Almendra, eventualmente no Olival dos Telhões (Coixão e Encarnação, 1997: 11).

As escavações que se realizam desde 1995 no sítio da Aldeia Nova/Olival dos Telhões (Cosme, 1998a; Cosme, 1998b; Martins e Cosme, 2000), têm permitido conhecer a *pars rustica* de uma *villa*. Nesta área de trabalho agrícola ressaltam dois tanques revestidos a *opus signinum*, provavelmente relacionados com a produção vinícola. A ocupação deste sítio decorreu sobretudo entre os séculos III e IV d.C., continuando mesmo até ao século VI/VII.

Na Quinta de Santa Maria da Ervamoira, as escavações remontam já a 1985 e os resultados obtidos apontam para a existência de uma *mutatio* com uma taberna adjacente, que datarão de entre os séculos II e IV (Guimarães, 1995; 2000). Mais do que relacionadas com a exploração agrícola, estas instalações estariam provavelmente relacionadas com a travessia do rio Côa, e com uma calçada que ainda hoje se preserva na margem direita do Côa, junto à praia da Penascosa.

Para além desta, as estruturas em forma de calçada surgem com alguma frequência nesta região, quer construídas em xisto, quer em granito, consoante o substrato geológico onde se inserem. Exemplos disso são as calçadas dos Tambores, dos Abrolhas, da Ribeirinha, da Vermelhosa, de Almendra, do Pombal da Serra e do Côa. A sua cronologia é incerta, pois o simples facto de se tratarem de calçadas não lhes atribui directamente uma cronologia romana, podendo tratar-se de construções medievais ou mesmo

posteriores. Apenas a análise do seu traçado, ou a sua relação estreita com sítios de ocupação romana poderá aclarar a sua exacta cronologia.

6. DA IDADE MÉDIA AO PRESENTE

Estes momentos não foram ainda objecto de um estudo específico, pelo que os sítios arqueológicos na base de dados do PAVC não foram fruto de uma inventariação exaustiva. Salienta-se contudo a arte rupestre moderna e contemporânea (fig. 5).

6.1 Expressão artística

Foram identificados até ao momento 12 núcleos de arte rupestre que apresentam motivos de cronologia histórica (Baptista, 1999a; Baptista e Gomes, 1998; García Díez e Luís, 2002-2003), dos quais salientamos a Canada do Inferno, Rego de Vide, Foz do Côa e Rua dos Namorados.¹³

Neste grupo integra-se um conjunto bastante heterogéneo de gravuras que tem como característica comum terem sido produzidas por sociedades já conhecedoras da escrita. Se, como atrás referimos se defende que a arte rupestre é uma forma de expressão sobretudo de sociedades iletradas, no Vale do Côa isto não corresponde inteiramente à realidade. Aqui, esta tradição artística rupestre perpetuou-se até aos nossos dias.

Este grupo artístico surge figurado no mesmo tipo de suporte dos restantes, tanto em painéis que apresentam gravuras anteriores, como em painéis isolados. No entanto, só raramente se sobrepõem aos motivos anteriores (Baptista, 1999a; Baptista e Gomes, 1998). Apenas um núcleo se distingue pela natureza do seu suporte, a Rua dos Namorados. Aqui, as gravuras estão inscritas em blocos de xisto que constituem dois muros de sustentação de terras, embora apareçam estar em posição secundária, uma vez que alguns destes motivos se encontram invertidos (García Díez e Luís, 2002-2003; ver nota 1).

A temática da arte de cronologia histórica é bastante variada, podendo ser definidos quatro grandes grupos de temas: motivos naturalistas, temática religiosa, instantes do quotidiano e inscrições alfabéticas e numéricas. Dentro dos motivos naturalistas integram-se os animais, como peixes e cegonhas, bem como flores e outros motivos de natureza vegetalista. A temática religiosa é uma das mais comuns na arte de cronologia histórica. Para além das inúmeras cruzes e cruciformes, surge-nos também um número considerável de custódias, relacionadas com o culto do Espírito Santo e os Jesuítas, e uma representação do Menino Jesus da Cartolinha na rocha 24 da Canada do Inferno (Baptista e Gomes, 1998). Os instantes quotidianos constituem um dos grupos mais recentes da arte do Vale do Côa, e surgem relacionados com a actividade de moagem no vale. Estes moleiros representaram sobretudo cenas do quotidiano. Finalmente, as inscrições alfabéticas e numéricas surgem de forma isolada ou em relação com alguns dos motivos. As alfabéticas geralmente atestam a autoria da gravura e as numéricas a data da sua realização (García Díez e Luís, 2002-2003).

As mais antigas datas inscritas em alguns painéis da Canada do Inferno fazem-nas remontar até ao século XVII e XVIII, o que é confirmado pela tipologia de algumas letras (Baptista e Gomes, 1998). Não apresentando inscrições, a tipologia das gravuras do muro da Rua dos Namorados aponta para uma data entre o século XV e o XVIII (García Díez e Luís, 2002-2003). O ciclo artístico histórico termina nos anos 40-50, com o declínio da actividade da moagem no rio e a emigração dos seus autores.

Em termos de técnicas de representação, a incisão filiforme surge raramente, dominando a picotagem. Esta técnica era executada com o recurso aos picos metálicos empregues para reavivar as mós, e geralmente precedida por um esboço com recurso a uma pedra fina. Esta cadeia operativa é confirmada pela análise dos painéis, bem como pelo relato de um dos últimos gravadores do vale, José Alcino Tomé (García Díez e Luís, 2002-2003).

6.2. Ocupação humana

6.2.1. Idade Média

Existem neste momento identificados 26 sítios arqueológicos com ocupação medieval, 19 deles inseridos dentro da área do parque.

¹³ Os restantes são a Penascosa, Ribeira de Piscos, Vale de Namorados, Canada do Arrobão, Vale de Cabrões, Vale de José Esteves, Vermelhana e Vale da Casa.

Tratam-se em grande medida de sítios com ocupação romana que continuaram pela Alta Idade Média. Exemplos disso são os sítios da Quinta de Santa Maria da Ervamoira, Azinhate/N. S. do Amparo, Castelo Calabre e Olival dos Telhões. Neste último documentou-se a sua ocupação até ao século VI/VII (Cosme, 2000). Este facto é de alguma relevância uma vez que o local se localiza no sopé do Castelo Calabre, no qual tradicionalmente se localiza a sede do episcopado visigótico de *Caliabria* (Cabral, 1962; 1963; Cosme, 1998b). A ocupação da Quinta de Santa Maria da Ervamoira perdura pelo século IV até ao XIII, sendo significativo o crísmo inscrito numa *tegula*, que levou à interpretação da existência no local de uma basílica (Guimarães, 1995).

Para além destes sítios, há a realçar a existência na região de um conjunto significativo de castelos, por nos encontrarmos junto à região fronteira de Ribacôa, objecto de disputa entre os reinos de Portugal e Leão até 1297. Dos antigos castelos existentes na região do parque arqueológico, apenas o de Castelo Melhor se encontra de pé, tendo mesmo já sido objecto de escavação (Mathias, 2000). Os castelos da Muxagata e de Vila Nova de Foz Côa são hoje apenas perceptíveis a partir da fotografia aérea, da micro-toponímia, bem como por alguma documentação antiga. O caso da Muxagata coloca alguns problemas quanto à sua identificação, tendo sido apresentada a hipótese de esta povoação corresponder à antiga *Vacinata*, referida, juntamente com outros castelos da região, no testamento de D. Flâmula (Barroca, 1990-91). Tratar-se-ia de um local com relevância estratégica em momentos em que o Côa foi utilizado para demarcar a fronteira. Ainda hoje, é a partir desta povoação que, através dos vales das ribeiras do Vale da Cabra e de Piscos, mais facilmente se acede à Quinta da Ervamoira e Quinta da Barca, onde se situa a única zona de vale aberto nos derradeiros quilómetros do rio, que permitia a sua travessia, subindo-se depois no sentido de Almendra.

A Idade Média é o período cronológico mais fértil em vestígios funerários em virtude da natureza das suas estruturas funerárias. Apesar da dificuldade de uma precisão cronológica, devido à falta do seu respectivo espólio, foram identificadas várias sepulturas escavadas na rocha, em substrato granítico e xistoso. Exemplo disso são as sepulturas da Lameira Longa, Quinta da Barca, Quinta dos Areais e Crelgo (ver por ex. Coixão, 1999). Estas sepulturas surgem geralmente isoladas, com a excepção das necrópoles de Relvas e do Alto dos Muimentos, conjunto que atinge um total de 22 (Almeida e Silva, 1998).

Para além destas estruturas há a registar ainda o conjunto de calçadas atrás referido, cuja cronologia poderá apontar igualmente para este período.

6.2.2. Pós-medieval

Para além dos 9 núcleos de arte rupestre que integrámos no ciclo histórico da arte do Vale do Côa, foram registados 10 outros sítios arqueológicos com vestígios de ocupação moderna ou contemporânea na base de dados do PAVC.

Não sendo este o objecto principal de investigação das equipas do PAVC, registaram-se apenas as ocupações recentes em sítios que registam também ocupações antigas e ainda uma aldeia abandonada, Casinhas ou Ramila.

Para além destes sítios inventariados dever-se-á referir ainda um conjunto de outros vestígios de arquitectura rural contemporânea, hoje em degradação, como alguns moinhos e azenhas do rio Côa, muitos deles submersos pela albufeira do Pocinho. Outros exemplos de arquitectura em ruínas são os inúmeros muros divisórios de propriedades e de sustentação de terras e alguns dos muitos pombais da região.

7. NOTA FINAL

Decorridos dez anos da divulgação da identificação da arte rupestre do Vale do Côa começamos a conhecer um pouco da vida dos seus autores.

Este território organiza-se em torno de um eixo, o rio Côa. Ele é a espinha dorsal de um vasto complexo artístico que se distribui ao longo dos últimos 20 quilómetros do seu curso, e em volta da sua confluência com o Douro.

As fases iniciais da construção deste complexo remontam aos primeiros momentos da expressão artística humana, o Paleolítico superior. O facto de, neste caso, os motivos se apresentarem ao ar livre operou uma verdadeira “revolução copernicana” (Zilhão, 1998b) na teoria da arte paleolítica, até então vista como uma arte da penumbra.

No entanto, a expressão artística das margens do rio Côa não terminou com o final do Pleistoceno. Ela perdurou até aos nossos dias, ao longo da Pré-história Recente, II Idade do Ferro, Época Moderna e Contemporânea, terminando este longo ciclo artístico há apenas 50 anos, com as últimas gravações dos moleiros do Côa.

O Vale do Côa apresenta assim uma das mais longas tradições artísticas do mundo, com, pelo menos, 25.000 anos de duração. Homens e mulheres semelhantes fisicamente, mas culturalmente distintos, expressaram-se nos mesmos locais, utilizando técnicas artísticas semelhantes, embora com preocupações bem distintas (García Díez e Luís, 2002-2003). Do anónimo caçador-artista gravettense, que abandonou o seu pico de quartzito na Olga Grande, a José Alcino Tomé, moleiro-artista, com o seu pico metálico de reavivar as mós (fig. 6).

A arte, em qualquer momento histórico ou corrente artística, é um reflexo da realidade social contemporânea, mesmo quando se afirma contra essa realidade. É por isso hoje fundamental compreendê-la no contexto da sociedade que a produziu.

Por outro lado, se a arte não se explica por si só, ela, enquanto expressão ideológica de uma determinada realidade, reflecte essa mesma realidade, sendo fundamental para a sua compreensão. Os factores sociais e económicos não são hoje suficientes para o conhecimento de um dado conjunto social no espaço e no tempo.

No Vale do Côa preservou-se algo de singular. Podemos aqui relacionar a expressão ideológica de um determinado grupo social, materializada nas paredes de xisto, com as suas estruturas sócio-económicas.

Nesse domínio salientam-se dois casos emblemáticos relativos ao Paleolítico superior. Na Olga Grande 4, no contexto de uma ocupação de curta duração relacionada com uma primeira transformação de produtos de caça, e a cerca de 5 quilómetros de vestígios de arte, identificaram-se 2 picos de quartzito empregues na picotagem (Aubry, 2001; 2002). No Fariseu, junto a um painel profusamente gravado encontraram-se utensílios líticos, bem como duas plaquetas de xisto gravadas (Aubry e Baptista, 2000; Aubry e García Díez, 2000; Aubry *et al.*, 2002).

O trabalho consiste pois em continuar a relacionar a arte com os restantes vestígios materiais, de forma a compreender a evolução social das populações que habitaram o Baixo Côa.

Contudo, a grande questão mantém-se. Porque é que gerações sucessivas decidiram marcar as margens do rio Côa com a sua expressão artística? Aparentemente o território não possui uma riqueza natural que justifique uma ocupação intensa ou preferencial. Isto é provado, por exemplo, em momentos pré-históricos, com a ausência natural de uma matéria-prima fundamental na produção de utensílios, o sílex. O advento da economia produtora não vem alterar este cenário de relativa pobreza de recursos. Com a excepção da zona do *graben* de Longroiva/Pocinho, os terrenos não apresentam grande aptidão agrícola, e a riqueza mineira das margens do Côa revelou-se apenas durante a 2.ª Guerra Mundial, com a Febre do Ouro Negro.¹⁴

Mas talvez um dos defeitos do arqueólogo, e de todo o historiador, seja o de geralmente procurar identificar razões superlativas e globalizantes que expliquem o seu objecto de estudo. Assim sendo, uma das razões desta riqueza artística poderá residir em questões de preservação diferencial. A riqueza artística do curso final do rio Côa seria desta forma fruto de condições excepcionais de preservação, tendo perdurado aqui o que em muitas outras regiões se perdeu irremediavelmente. Poderemos também argumentar com a existência de um suporte natural propício à expressão artística, como ainda há pouco era reconhecido por um dos últimos gravadores (García Díez e Luís, 2002-2003). Seguramente que estas razões explicarão em parte a presença da arte rupestre no Vale do Côa, mas não na sua totalidade.

Uma das razões para a ocupação deste território por sucessivas gerações de artistas, poderá residir em factores de natureza geomorfológica. Por um lado, a uma micro-escala, verificamos a grande diferença de altitudes num curto território, o que corresponde a uma elevada variedade ecológica, permitindo daí retirar vantagens em termos de subsistência.

Alargando a perspectiva, verificamos estarmos perante uma zona de transição que corresponde ao limite da Meseta Ibérica com a faixa atlântica (Ribeiro, 1987). O encaixe do rio Côa a jusante de Pinhel coincide com o fim de uma zona planáltica e o início de declives mais acentuados para Ocidente e Norte (Cordeiro e Rebelo, 1996: 13). O facto desta região ter funcionado como fronteira política em tempos históricos, como atrás mencionámos, reforça esta interpretação.

Não querendo cair também nós na busca de uma razão superlativa e globalizadora, esta poderá ser uma das razões estruturais que levaram à ocupação deste território. Através da investigação que se tem vindo a realizar, começamos hoje lentamente a conhecer como este território foi sendo ocupado ao longo dos milénios por gerações de homens e mulheres, que assim se expressaram nas paredes de xisto. Como ele foi sendo apropriado e marcado pelos diferentes grupos sociais que o habitaram.

Gerações se sucederam num mesmo território, em volta do mesmo rio, conferindo-lhe sentido e deixando, de formas diferentes, a expressão de uma mesma vontade. Cabe-nos a nós “nadar ao invés da corrente” em busca de uma memória perdida.

Outubro de 2004

¹⁴ Exceptuamos aqui as jazidas de ferro na vizinha Serra do Reboredo, além Douro.

8. BIBLIOGRAFIA

- ABREU, M. S. de; ARCÀ, A.; PARAFITA, A. (2002) – Notes on the Discovery of the Côa Valley Rock-Art [em linha]. In *Tracce Online Rock Art Bulletin*. [citado em 31 de Março de 2003]. Disponível em <http://www.rupestre.net/tracce_php/modules.php?name=News&file=article&sid=17>.
- ALARCÃO, J. de (1990) – O reordenamento territorial. In ALARCÃO, J. de, ed. – *Portugal das origens à romanização (Nova História de Portugal; Vol. I)*. Lisboa: Editorial Presença, p. 362-382.
- ALARCÃO, J. de (1996) – Os círculos culturais da 1ª Idade do Ferro no Sul de Portugal. In VILLAR, F.; ENCARNÇÃO, J. d', eds. – *La Hispania prerromana: Actas del VI coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Iberica*. Salamanca: Universidad de Salamanca, p. 19-36.
- ALARCÃO, J. de (1998) – On the *Civitates* Mentioned in the Inscription on the Bridge at Alcântara. *Journal of European Archaeology*. 0, p. 143-157.
- ALMAGRO, M. (1966) – *Las Estelas Decoradas del Sureste Peninsular*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Universidad de Madrid (Biblioteca Praehistorica Hispana; vol. VIII).
- ALMEIDA, C. A. B. de (1995) – Aspectos da Idade do Ferro e da Romanização da Bacia Inferior do Rio Côa. *Boletim da Universidade do Porto*. 25: Junho, p. 26-27.
- ALMEIDA, C. A. B. de; SILVA, L. J. S. G. da (1998) – Os vestígios alto-medievais de Muimentos (Fonte Longa, Meda). *Douro: Estudos & documentos*. 5, p. 201-210.
- ANDRADE, J. S. de (1940) – Vila Nova de Fozcoa. In CORDEIRO, J. A., ed. – *Anuário da Região Duriense: 1940*. Régua: Imprensa do Douro, p. 498-505.
- ANTUNES, M. T. (1995) – Jazida de Castelo Velho (Freixo de Numão): elementos arqueozoológicos. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35: 2, p. 451-456.
- AUBRY, T. (1998) – Olga Grande 4: Uma sequência do Paleolítico superior no planalto entre o Rio Côa e a Ribeira de Aguiar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 1:1, p. 5-26.
- AUBRY, T. (2001) – L'occupation de la basse vallée du Côa pendant le Paléolithique supérieur. In CARVALHO, A. F., ed. – *Les premiers hommes modernes de la péninsule ibérique (Actes du Colloque de la Commission VIII de l'UISPP. Vila Nova de Foz Côa, 22-24 Octobre 1998)*. Lisboa: IPA, p. 253-273.
- AUBRY, T. (2001/2002) – Modalités d'exploitation des ressources lithiques régionales et des silex d'origines lointaines sur les sites du Paléolithique supérieur de la Vallée du Côa (Portugal) - quels indices de productions spécialisées? In *Cahiers des thèmes transversaux ArScAn. Thème 3 - Systèmes de production et de circulation*. Paris: CNRS; Université Paris I; Université Paris X, p. 63-68.
- AUBRY, T. (2002) – Le contexte archéologique de l'art paléolithique à l'air libre de la vallée du Côa. In SACCHI, D., ed. – *L'art paléolithique à l'air libre: le paysage modifié par l'image (Tautavel, Campôme, 7-9 octobre 1999)*. Saint-Estève: GAEP; GÉOPRE, p. 25-38.
- AUBRY, T.; BAPTISTA, A. M. (2000) – Une datation objective de l'art du Côa. *La Recherche*. Hors Série: 4, p. 54-55.
- AUBRY, T.; CARVALHO, A. F. (1998) – O povoamento pré-histórico no Vale do Côa: Síntese dos trabalhos do P.A.V.C. (1995-1997). *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 0, p. 23-34.
- AUBRY, T.; CARVALHO, A. F.; ZILHÃO, J., ed. – *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa: Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa: Ministério da Cultura, p. 74-209.
- AUBRY, T.; CHAUVIÈRE, F.-X.; MANGADO LLACH, X.; SAMPAIO, J. D. (2003) – Constitution, territoires d'approvisionnement et fonction des sites du Paléolithique supérieur de la basse vallée du Côa (Portugal). In KOSLOWSKI, J., ed. – *Perceived Landscapes and Built Environments: The cultural geography of Late Paleolithic Eurasia*. Oxford: Archeopress (BAR International Series 1122), p. 83-92.
- AUBRY, T.; GARCÍA DíEZ, M. (2000) – Actualité sur la chronologie et l'interprétation de l'art de la vallée du Côa (Portugal). *Les Nouvelles de l'Archéologie*. Paris. 82: 4e trimestre, p. 52-56.
- AUBRY, T.; MANGADO LLACH, X. (2003) – Interprétation de l'approvisionnement en matières premières siliceuses sur les sites du Paléolithique supérieur de la vallée du Côa (Portugal). In *Les matières premières lithiques en Préhistoire (table ronde internationale organisée à Aurillac, Cantal, du 20 au 22 juin 2002)*. Carcassonne: Association Préhistoire du Sud-Ouest (Préhistoire du Sud-Ouest; Supplément n.º 5), p. 27-40.
- AUBRY, T.; MANGADO LLACH, X.; FULLOLA, J. M.; ROSELL, L.; SAMPAIO, J. D. (2004) – Raw Material Procurement in the Upper Palaeolithic Settlements of the Côa Valley (Portugal): New Data Concerning Modes of Resource Exploitation in Iberia. In SMYNTYNA, O. V., ed. – *The Use of Living Space in Prehistory: Papers from a session held at the European Association of Archaeologists Sixth Annual Meeting in Lisbon 2000*. Oxford: Archeopress (BAR International Series; 1224), p. 37-50.
- AUBRY, T.; MANGADO LLACH, X.; SAMPAIO, J. D.; SELLAMI, F. (2002) – Open-Air Rock-Art and Modes of Exploitation during the Upper Palaeolithic in the Côa Valley (Portugal). *Antiquity*. York. 76, p. 62-76.
- AUBRY, T.; SAMPAIO, J. D. (2003a) – O método das remontagens de vestígios líticos: aplicação ao nível de ocupação gravettense do sítio da Olga Grande 14 (Almendra, Vila Nova de Foz Côa). In MORENO-GARCÍA, M., ed. – *Paleoecologia Humana e Arqueociências: Um programa multidisciplinar para a arqueologia sob a tutela da cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 29), p. 327-330.
- AUBRY, T.; SAMPAIO, J. D. (2003b) – Remontagem de rochas termo-alteradas: um meio de reconstrução dos modos de funcionamento de estruturas de combustão no sítio da Olga Grande 4 (Almendra, Vila Nova de Foz Côa). In MORENO-GARCÍA, M., ed. – *Paleoecologia Humana e Arqueociências: Um programa multidisciplinar para a arqueologia sob a tutela da cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 29), p. 331-335.
- BAHN, P. G. (2000) – Ne cherchez pas le berceau de l'art. *La Recherche*. Bruxelles. Hors Série: 4 (La naissance de l'art), p. 26-28.
- BAPTISTA, A. M. (1983) – O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa). *Arqueologia*. Porto. 8, p. 57-69.
- BAPTISTA, A. M. (1983-84) – Arte rupestre do norte de Portugal: uma perspectiva. *Portugália*, Porto. Nova série: 4-5 (Actas do Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste, Novembro de 1983), p. 71-82.

- BAPTISTA, A. M. (1986) – Arte rupestre pós-glaciária: Esquematismo e abstracção. In ALARCÃO, J. de, ed. – *História da Arte em Portugal. 1*. Lisboa: Editorial Alfa, p. 31-55.
- BAPTISTA, A. M. (1998) – A arte do Côa e Alto-Douro e o Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART). In LIMA, A. C. P. S., ed. – *Terras do Côa: da Malcata ao Reboredo: os valores do Côa*. Maia: Estrela-Côa, p. 196-201.
- BAPTISTA, A. M. (1999a) – *No tempo sem tempo: A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa: Com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- BAPTISTA, A. M. (1999b) – O ciclo artístico do quaternário do Vale do Côa: com algumas considerações de método sobre estilos, valorização estética e crono-estratigráfica figurativa. In OOSTERBEEK, L., ed. – *1º Curso Intensivo de Arte Pré-Histórica Europeia. Tomo II*. Tomar: CEIPHAR, p. 197-277.
- BAPTISTA, A. M. (2001a) – Procés de Foz Côa (Portugal): História i arqueologia. *Cota Zero*. 16, p. 96-110.
- BAPTISTA, A. M. (2001b) – The Quaternary Rock Art of the Côa Valley. In CARVALHO, A. F., ed. – *Les premiers hommes modernes de la péninsule ibérique (Actes du Colloque de la Commission VIII de l'UISPP. Vila Nova de Foz Côa, 22-24 Octobre 1998)*. Lisboa: IPA, p. 237-252.
- BAPTISTA, A. M. (2002) – A arte rupestre e o Parque Arqueológico do Vale do Côa: um exemplo de estudo e salvaguarda do património rupestre pré-histórico em Portugal. In *XV Congreso de Estudios Vascos (15º. 2001. Donostia-San Sebastián). Tomo I, Euskal zientzia eta kultura, eta sare telematikoak*. Donostia: Eusko Ikaskuntza, p. 61-67.
- BAPTISTA, A. M.; GOMES, M. V. (1995) – Arte rupestre do Vale do Côa 1: Cana da do Inferno: primeiras impressões. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35: 4 (1.º Congresso de Arqueologia Peninsular: Actas; 8), p. 349-422.
- BAPTISTA, A. M.; GOMES, M. V. (1998) – Arte Rupestre. In ZILHÃO, J., ed. – *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa: Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa: Ministério da Cultura, p. 211-409.
- BARROCA, M. J. (1990-91) – Do castelo da Reconquista ao castelo românico (sec. IX a XII). *Portugália*. Porto. Nova série: 11/12, p. 89-239.
- BEDNARIK, R. G. (1995) – The Côa Petroglyphs: an Obituary to the Stylistic Dating of Paleolithic Rock-art. *Antiquity*. York. 69, p. 877-883.
- BEDNARIK, R. G. (s.d.) – New dating evidence from the Côa valley, Portugal [Em linha]. In *Auranet*. [citado em 27 de Maio de 2002]. Disponível em <http://mc2.vicnet.net.au/home/date/shared_files/coadating.pdf>.
- BRAGA, I. (1995) – A verdade está no contexto. *O Público*. 11/07/95.
- CABRAL, A. A. D. (1962) – Algumas notas sobre o Castelo Calabre, em Almendra. *Studium Generale*. 9: 1, p. 138-158.
- CABRAL, A. A. D. (1963) – *História da cidade de Calábria em Almendra (Subsídios)*. Porto: Casa da Beira Alta.
- CARVALHO, A. F. (1998) – Do fim do Paleolítico à aquisição da escrita no Baixo Côa. In LIMA, A. C. P. S., ed. – *Terras do Côa: da Malcata ao Reboredo: os valores do Côa*. Maia: Estrela-Côa, p. 190-195.
- CARVALHO, A. F. (1999) – Os sítios de Quebradas e de Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa) e o Neolítico antigo do Baixo Côa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 2: 1, p. 39-70.
- CARVALHO, A. F. (2003) – O final do Neolítico e o Calcolítico no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa, 1996-2000). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 2, p. 229-273.
- CARVALHO, A. F. (2004) – O povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 1, p. 185-219.
- CARVALHO, M. (1994) – Barragem de Foz Côa ameaça achado arqueológico. *O Público*. 21/11/94.
- CARVALHO, M. (2001) – *Using Laser Ablation-Inductively Coupled Plasma-Mass Spectrometry (LA-ICP-MS) to Source Archaeological Lithic Remains from the Upper Palaeolithic Open-Air Sites of the Côa Valley, Portugal*. Dissertation degree of Master by Advanced Study in Scientific Methods in Archaeology, Department of Archaeological Sciences, University of Bradford.
- COIXÃO, A. do N. S. (1996) – *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.
- COIXÃO, A. do N. S. (1999) – *Rituais e cultos da morte na região de entre Douro e Côa*. [S.l.]: ACDR de Freixo Numão.
- COIXÃO, A. do N. S. (2000) – *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa (2.ª edição).
- COIXÃO, A. do N. S.; ENCARNAÇÃO, J. d' (1997) – *Foz Côa Romana: notas epigráficas (Catálogo da Exposição)*. [S.l.: s. n.].
- CORDEIRO, A. M. R.; REBELO, F. (1996) – Carta geomorfológica do Vale do Côa a jusante de Cidadelhe. *Cadernos de Geografia*. Coimbra, p. 11-33.
- COSME, S. (1998a) – Projecto de investigação arqueológica do território do Monte do Castelo (Almendra). In LIMA, A. C. P. S., ed. – *Terras do Côa: da Malcata ao Reboredo: os valores do Côa*. Maia: Estrela-Côa, p. 208-214.
- COSME, S. R. (1998b) – Aldeia Nova: Resultados de uma primeira sondagem. *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 0, p. 63-68.
- CRUZ, D. J. (1998) – Expressões funerárias e culturais no Norte da Beira Alta (V-II milénios a.C.). In *A Pré-História na Beira Interior*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta (Estudos Pré-Históricos; 6), p. 149-166.
- CURADO, F. P. (1985a) – Ara votiva de Longroiva (Meda). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. n.º 44.
- CURADO, F. P. (1985b) – Inscrição rupestre de Numão, Vila Nova de Foz Côa. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 11, n.º 48.
- CURADO, F. P. (1988-94) – A propósito de *Conimbriga* e de *Coniumbriga*. *Gaya*. 6 (I Congresso do Rio Douro), p. 213-234.
- DAVIDSON, I. (1986) – The Geographical Study of Late Palaeolithic Stages in Eastern Spain. In CALLOW, P., ed. – *Stone Age Prehistory: Studies in Memory of Charles MacBurney*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 95-118.
- D'ERRICO, F. (2000) – Sur les traces de l'Homo symbolicus. *La Recherche*. Bruxelles. Hors Série: 4 (La naissance de l'art), p. 22-25.
- FIGUEIRAL, I. (1998) – Castelo Velho (Freixo de Numão, V. N. de Foz Côa): os restos vegetais carbonizados. *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 0, p. 43-48.
- FRADE, H. (1998) – Ara a Júpiter da *Civitas Coberlcorum*. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 58, n.º 266.
- GARCÍA DÍEZ, M.; AUBRY, T. (2002) – Grafismo mueble en el Valle del Côa (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): la estación arqueológica de Fariseu. *Zephyrus*. Salamanca. 55, p. 157-182.

- GARCÍA DÍEZ, M.; LUÍS, L. (2002-2003) – José Alcino Tomé e o último ciclo artístico rupestre do Vale do Côa: um caso de etnoarqueologia. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 10-11, p. 199-223.
- GUIMARÃES, J. A. G. (1995) – Arqueologia do Vale do Côa: a estação arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35:4 (1.º Congresso de Arqueologia Peninsular: Actas; 8), p. 569-575.
- GUIMARÃES, J. A. G. (2000) – Cerâmica romana e medieval de Ervamoira. In MARQUES, A. A., ed. – *Beira Interior. História e Património: actas das I Jornadas de Património da Beira Interior (1-3 de Outubro de 1998)*. Guarda: [S.n.], p. 171-184.
- GUIMARÃES, J. A. G.; PEIXOTO, M. da G. (1987) – Quinta de Santa Maria de Ervamoira. *Informação Arqueológica*. 8, p. 38-40.
- GUIMARÃES, J. A. G.; PEIXOTO, M. da G. (1988) – A estação arqueológica da Quinta de Santa Maria de Ervamoira (Muxagata, Vila Nova de Foz Côa): notícia preliminar. Vila Nova de Gaia: Adriano Ramos Pinto (Vinhos) S.A.
- GUIMARÃES, J. A. G.; PEIXOTO, M. da G. (1989) – A estação arqueológica da Quinta de Santa Maria de Ervamoira (Muxagata, Vila Nova de Foz Côa): novos dados. In *Actas do 1º Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo Civil (Coleção Ser e Estar; 2), p. 499-508.
- GUIMARÃES, J. A. G.; PEIXOTO, M. da G. (1994a) – A estação arqueológica da Quinta de Santa Maria de Ervamoira (Muxagata, Vila Nova de Foz Côa). *Gaya*. Vila Nova de Gaia. 6 (Actas do 1.º Congresso Internacional sobre o Rio Douro), p. 235-262.
- GUIMARÃES, J. A. G.; PEIXOTO, M. da G. (1994b) – Quinta de Santa Maria de Ervamoira. *Informação Arqueológica*. 9, p. 58.
- GUY, E. (1999) – Note sur quelques différences stylistiques entre les piquetages paléolithiques de plein air de la Vallée du Côa (Portugal) et les piquetages de la grotte du Parpalló (Espagne). *Préhistoire Européenne*. 14, p. 107-113.
- GUY, E. (2000) – Le style des figurations paléolithiques piquetées de la vallée du Côa (Portugal): premier essai de caractérisation. *L'Anthropologie*. Paris. 104, p. 415-426.
- GUY, E. (2002) – Contribution de la stylistique à l'estimation chronologique des piquetages paléolithiques de la Vallée du Côa (Portugal). In SACCHI, D., ed. – *L'art paléolithique à l'air libre: le paysage modifié par l'image (Tautavel, Campôme, 7-9 octobre 1999)*. Saint-Estève: GAEP; GÉOPRE, p. 65-72.
- JORGE, S. O. (1986) – *Povoados da Pré-História da região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar*. Vol. IB. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- JORGE, S. O. (1990) – Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia. In ALARCÃO, J. de, ed. – *Portugal das origens à romanização (Nova História de Portugal; Vol. I)*. Lisboa: Editorial Presença, p. 163-212.
- JORGE, S. O. (1993) – O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-história recente do Norte de Portugal. In *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Vol. 1. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, p. 179-216.
- JORGE, S. O.; RUBINOS, A. (2002) – Cronologia absoluta do Castelo Velho de Freixo de Numão: os dados e os problemas. *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 4, p. 95-111.
- LEMOS, F. S. (1993) – *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Tese de doutoramento, Universidade de Braga.
- LUÍS, L. (2000) – Patrimoine archéologique et politique dans la vallée du Côa au Portugal. *Les Nouvelles de l'Archéologie*. Paris. 82: 4.º trimestre, p. 47-52.
- LUÍS, L. (2003) – Sauvegarde, conservation et valorisation du Patrimoine de la Vallée de la Côa (Portugal). In *Vestiges archéologiques en milieu extrême*. Paris: Institut National du Patrimoine; Monum, Éditions du patrimoine, p. 110-119.
- MANGADO LLACH, X. (2002) – *La caracterización y el aprovisionamiento de los recursos abióticos en la prehistoria de Cataluña: las materias primas silíceas del Paleolítico superior final y el Epipaleolítico*. Tese de Doutoramento, Departamento de Prehistoria, Historia Antigua y Arqueología, Universidad de Barcelona.
- MARTINS, C. M. B.; COSME, S. R. (2000) – O contributo do espólio cerâmico na interpretação da estação arqueológica de Aldeia Nova/Olival dos Telhões (Freguesia de Almendra, Concelho de Vila Nova de Foz Côa). In MARQUES, A. A., ed. – *Beira Interior. História e Património: actas das I Jornadas de Património da Beira Interior (1-3 de Outubro de 1998)*. Guarda: [s. n.], p. 159-170.
- MATHIAS, M. (2000) – O projecto “O Castelo de Castelo Melhor (Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda)”: Investigação arqueológica e estudo de conservação/recuperação. In MARQUES, A. A., ed. – *Beira Interior. História e Património: actas das I Jornadas de Património da Beira Interior (1-3 de Outubro de 1998)*. Guarda: [s. n.], p. 287-300.
- MERCIER, N.; VALLADAS, H.; FROGET, L.; JORONS, J.-L.; AUBRY, T. (2001) – Application de la méthode de la thermoluminescence à la datation des occupations paléolithiques de la Vallée du Côa. In CARVALHO, A. F., ed. – *Les premiers hommes modernes de la Péninsule Ibérique (Actes du Colloque de la Commission VIII de l'UISPP, Vila Nova de Foz Côa, 22-24 Octobre 1998)*. Lisboa: IPA, p. 275-280.
- MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2000) – A estação neolítica do Prazo (Freixo de Numão, Norte de Portugal) no contexto do Neolítico antigo do Noroeste Peninsular: Algumas considerações preliminares. In *3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. 3. Porto: Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular, p. 149-168.
- MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2002) – Estação arqueológica do Prazo (Freixo de Numão): Estado actual dos conhecimentos. *Côavisão*. 4, p. 113-126.
- PARAFITA, A. (2000) – Gravuras de Foz-Côa conhecidas há 60 anos. *Jornal de Notícias*. 03/07/2000.
- PARAFITA, A. (2003) – O paradoxo do Vale do Côa. *TribunaDouro*. Peso da Régua. 2: Junho, p. 37.
- PERESTRELO, M. S.; SANTOS, A. T.; OSÓRIO, M. (2003) – Estruturas em fossa no sítio do Picoto (Guarda, Portugal). In *Pré-Actas do “Encuentro de Jóvenes investigadores sobre Bonce Final y Hierro en la Península Ibérica” (Salamanca, 20 a 22 de Outubro de 2003)*. Salamanca: Cátedra Condes de Barcelona; Fundación Duques de Soria, p. 156-176.
- PERESTRELO, M. S. G. (2003a) – *A Romanização na bacia do rio Côa*. [S.l.]: Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- PERESTRELO, M. S. G. (2003b) – Um povoado proto-histórico romanizado em Cidadelhe (Pinhel). In *Livro de Actas. Congresso Internacional de Arqueologia Iconográfica e Simbólica (20-25 Abril 2002, Meda e Vale do Côa, Portugal)*. [S.l.]: Liga dos Amigos de Conimbriga, p. 218-223.
- PHILLIPS, F. M.; FLINSCH, M.; ELMORE, D.; SHARMA, P. (1997) – Maximum Ages of the Côa Valley (Portugal) Engravings Measured with Chlorine-36. *Antiquity*. York. 71, p. 100-104.

- POPE, G. A. (2000) – Weathering of Petroglyphs: Direct Assessment and Implications for Dating Methods. *Antiquity*. York. 74, p. 833-843.
- QUEIROZ, P. F.; VAN LEEUWAARDEN, W. (2003) – Estudos de Arqueobotânica em quatro estações pré-históricas do Parque Arqueológico do Vale do Côa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 2, p. 275-291.
- RIBEIRO, O. (1987) – *A formação de Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Coleção Identidade; série Cultura Portuguesa).
- SILVA, A. C. da (1986) – *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- TAÇON, P.; CHIPPINDALE, C. (1998) – An Archaeology of Rock-art Through Informed and Formal Methods. In CHIPPINDALE, C., ed. – *The Archaeology of Rock-art*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-10.
- TRABULO, J. (1992) – *Chãs de Foz Côa: a sua história e a sua gente*. [S.l.: s.n.].
- VALENTE, M. J. (2004) – A fauna mamalógica do povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 1, p. 221-225.
- VALLADAS, H.; MERCIER, N.; FROGET, L.; JORONS, J.-L.; REYSS, J. L.; AUBRY, T. (2001) – TL Dating of Upper Palaeolithic Sites in the Côa Valley (Portugal). *Quaternary Science Reviews*. 20: 5-9, p. 939-943.
- VILAÇA, R.; BASÍLIO, L. (2000) – Contributo para a caracterização arqueológica da Idade do Ferro da Beira Interior: cerâmica a torno da Cachouça (Idanha-a-Nova). *Al-Madan*. Almada. 9: 2.ª série, p. 39-47.
- WATCHMAN, A. (1995) – Recent Petroglyphs, Foz Côa, Portugal. *Rock Art Research*. Melbourne. 12: 2, p. 104-108.
- WATCHMAN, A. (1996) – A Review of the Theory and Assumptions in the AMS Dating the Foz Côa Petroglyphs, Portugal. *Rock Art Research*. Melbourne. 13: 1, p. 21-30.
- WHITE, R. (2000) – Un Big Bang socioculturel. *La Recherche*. Bruxelles. Hors Série: 4 (La naissance de l'art), p. 10-16.
- ZILHÃO, J. (1995a) – The Age of the Côa Valley (Portugal) Rock-Art: Validation of Archaeological Dating to the Paleolithic and Refutation of 'Scientific' Dating to Historic or Proto-Historic Times. *Antiquity*. York. 69, p. 883-901.
- ZILHÃO, J. (1995b) – The Stylistically Palaeolithic Petroglyphs of the Côa Valley (Portugal) are of Palaeolithic Age: a Refutation of their 'Direct Dating' to Recent Times. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 35:4, p. 119-165.
- ZILHÃO, J., ed (1998a) – *Arte rupestre e Pré-história do Vale do Côa: Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa: Ministério da Cultura.
- ZILHÃO, J. (1998b) – Símula dos resultados científicos. In ZILHÃO, J., ed. – *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa: Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa: Ministério da Cultura, p. 13-29.
- ZILHÃO, J. (2003) – Vers une chronologie plus fine du cycle ancien de l'art paléolithique de la Côa: quelques hypothèses de travail. In BUENA RAMÍREZ, P., ed. – *El arte prehistórico desde los inicios del siglo XX: Primer symposium internacional de arte prehistórico de Ribadesella*. Ribadesella: Asociación Cultural Amigos de Ribadesella, p. 75-90.
- ZILHÃO, J.; AUBRY, T.; CARVALHO, A. F.; BAPTISTA, A. M.; GOMES, M. V.; MEIRELES, J. (1997) – The Rock Art of the Côa Valley (Portugal) and its Archaeological Context: First Results of Current Research. *Journal of European Archaeology*. 5: 1, p. 7-49.
- ZILHÃO, J.; AUBRY, T.; CARVALHO, A. F.; ZAMBUJO, G.; ALMEIDA, F. (1995) – O sítio arqueológico paleolítico do Salto do Boi (Cardina, Santa Comba, Vila Nova de Foz Côa). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 35:4 (1.º Congresso de Arqueologia: Actas, 8), p. 471-497.

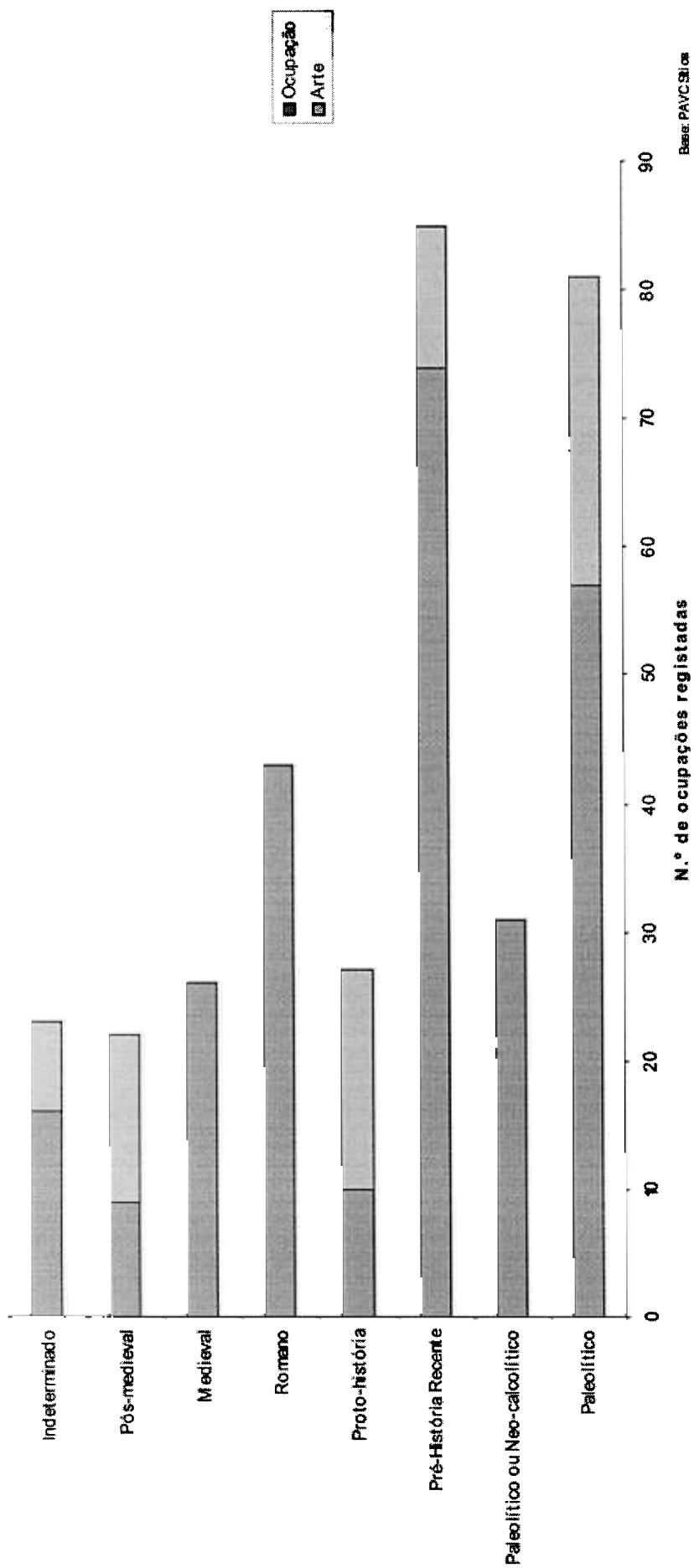


Fig. 1 – Ocupações registadas na base de dados do PAVC até Outubro de 2004.

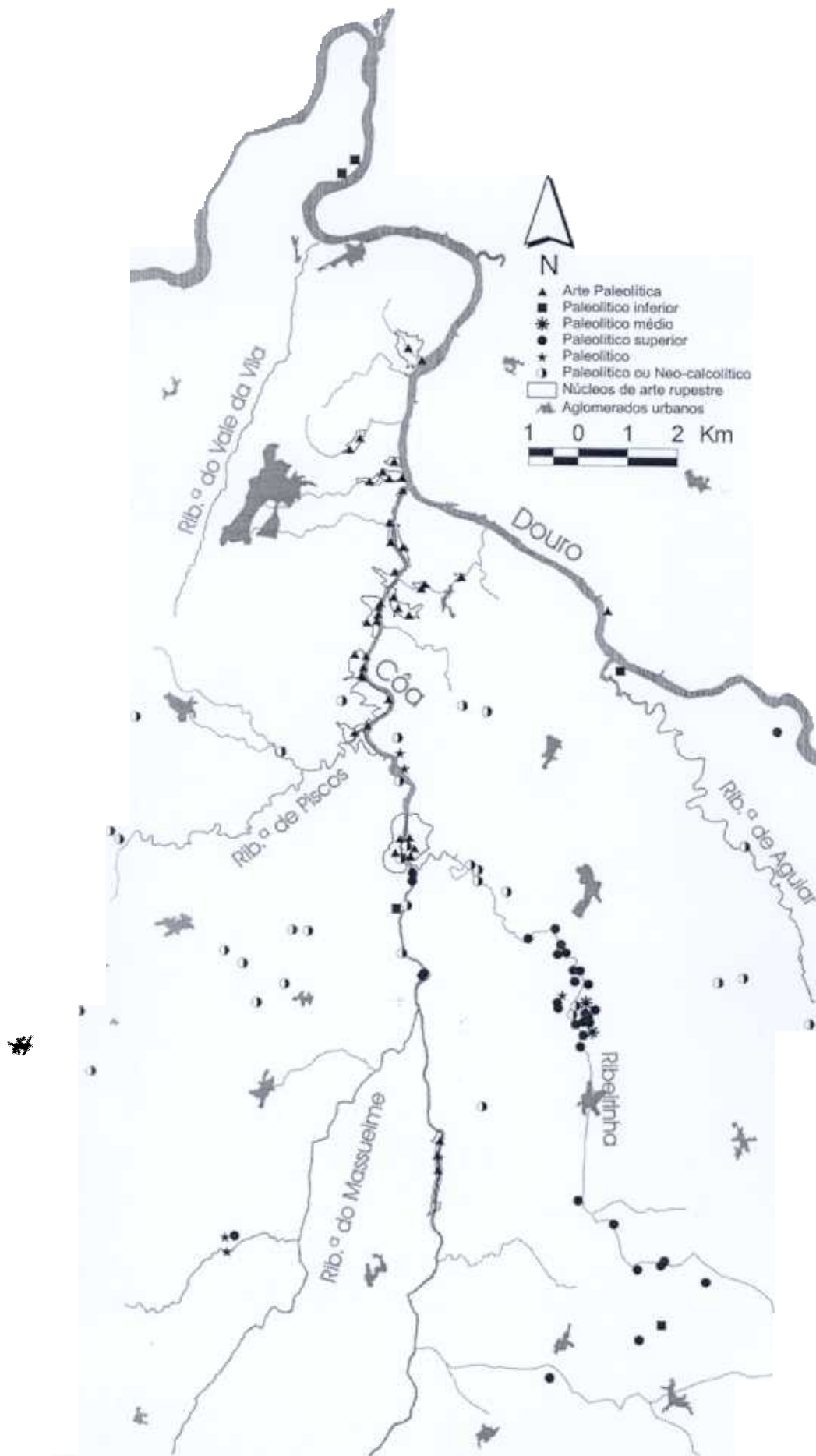


Fig. 2 – Arte rupestre e ocupação humana no Vale do Côa durante o Paleolítico

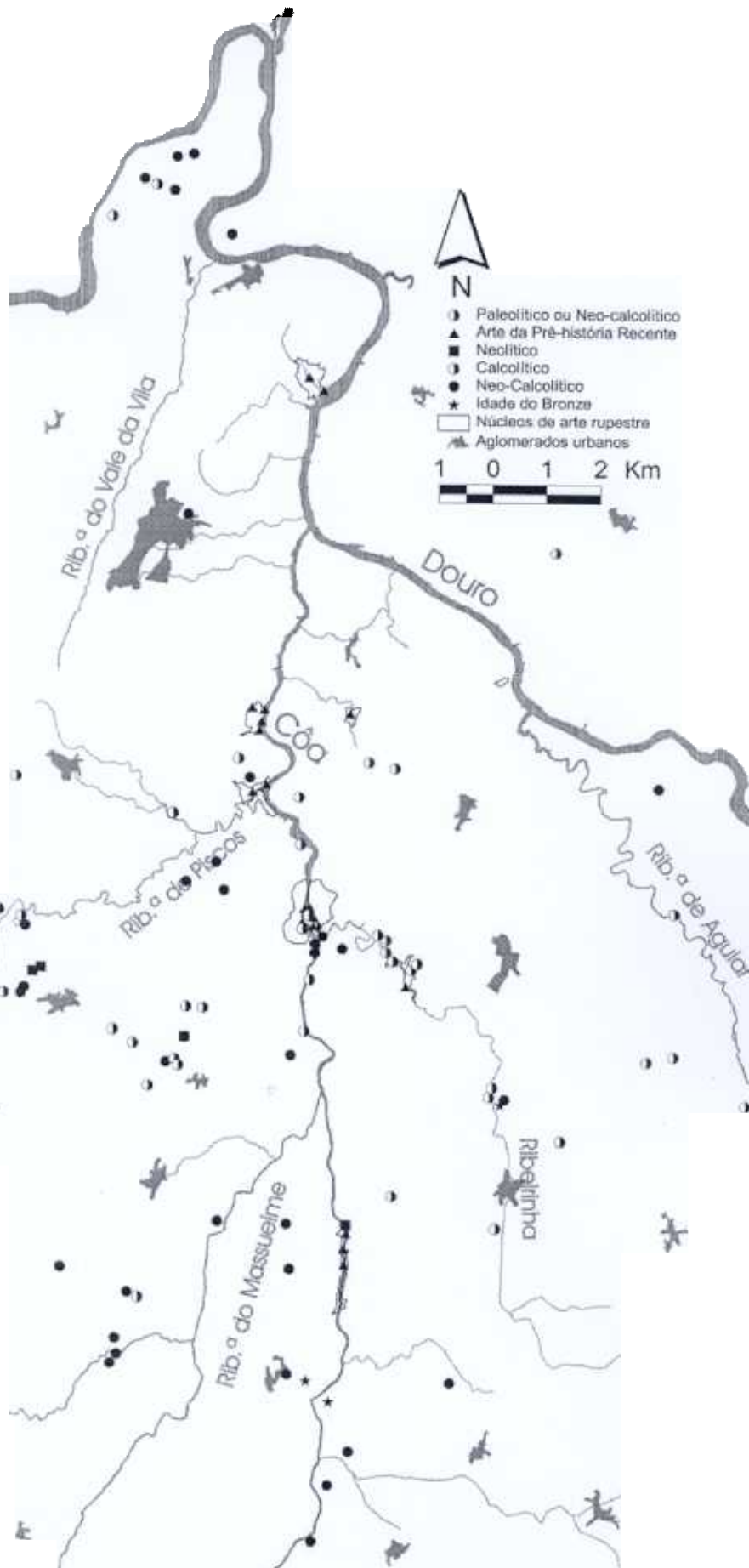


Fig. 3 – Arte rupestre e ocupação humana no Vale do Côa durante a Pré-história Recente.

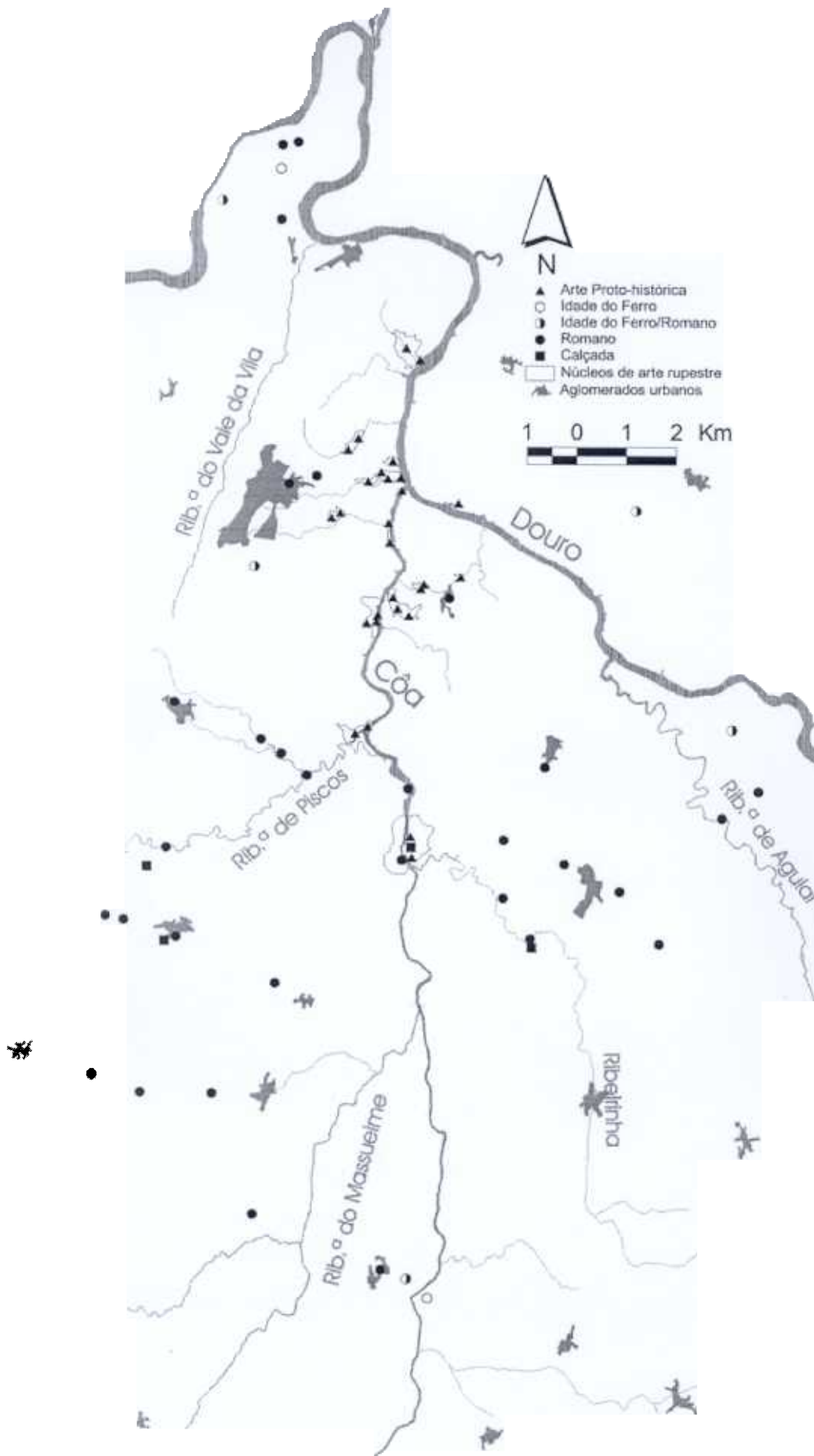


Fig. 4 – Arte rupestre e ocupação humana no Vale do Côa durante a Proto-história e época romana.

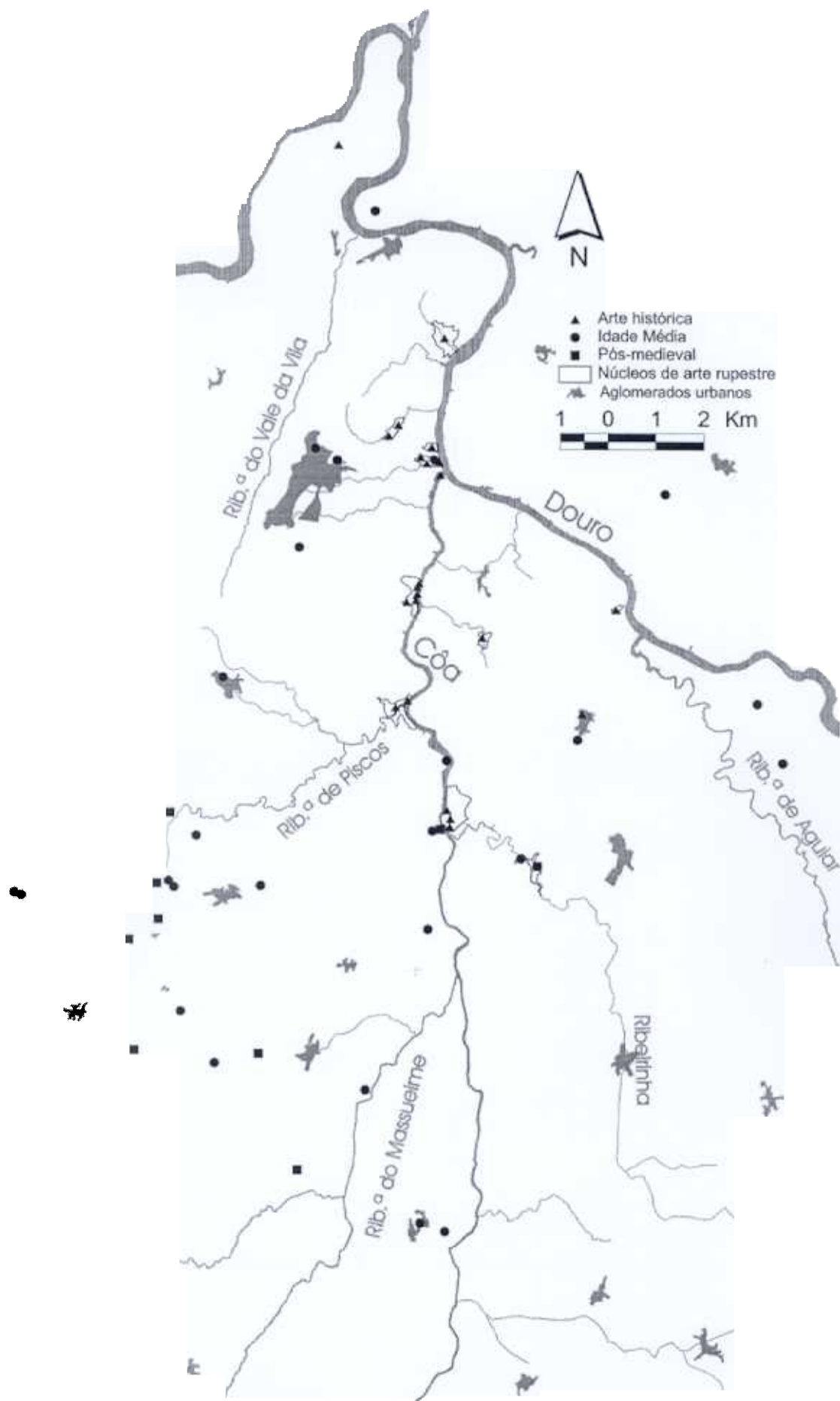


Fig. 5 – Arte rupestre e ocupação humana no Vale do Côa durante as épocas medieval, moderna e contemporânea.

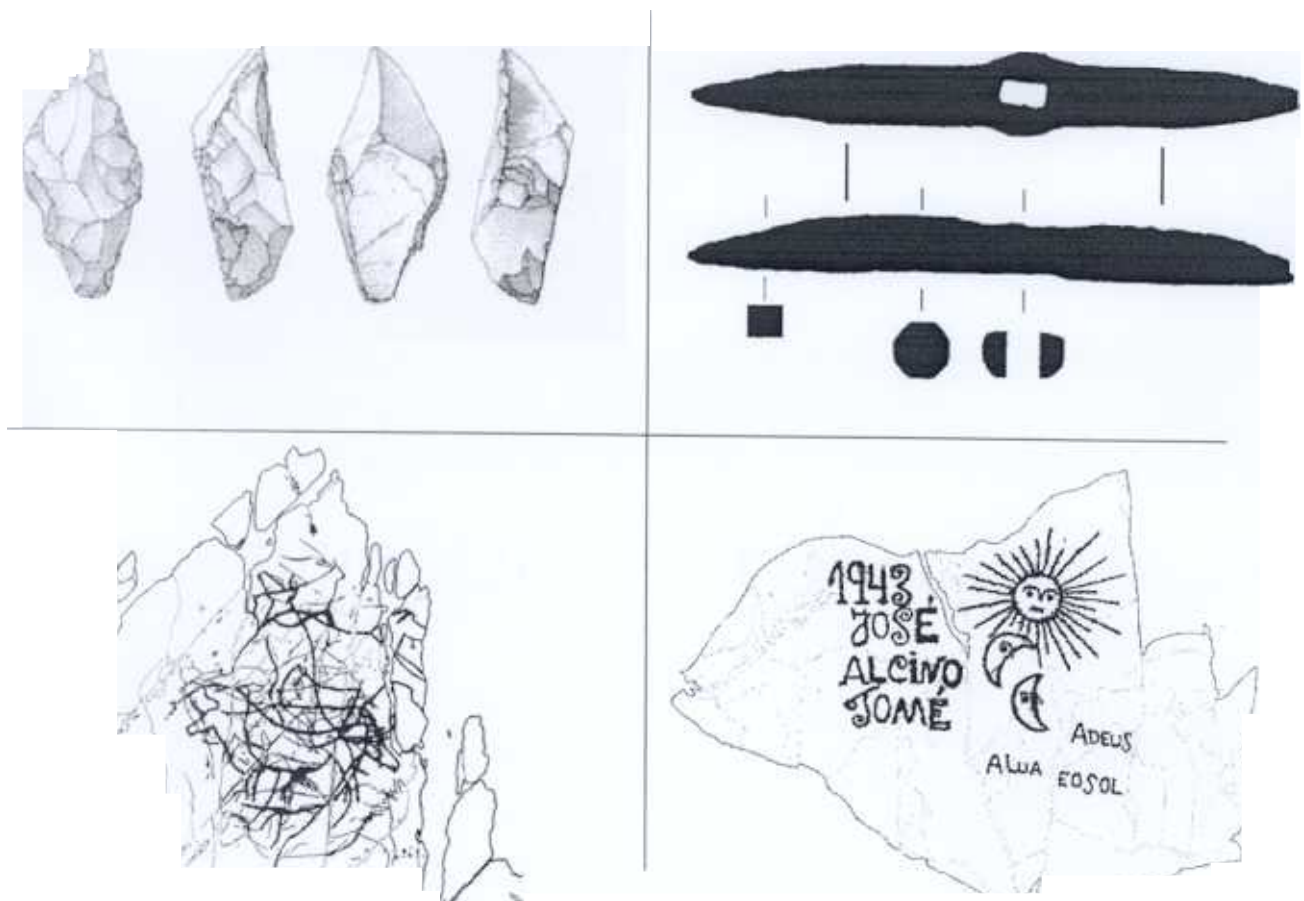


Fig. 6 – Os artistas do Vale do Côa: do Paleolítico superior a José Alcino Tomé (inclui elementos de Baptista e Gomes, 1998; Aubry, 2001 e García Díez e Luís, 2002-2003).